

A historical map of Italy, titled 'ITALY.' in the top right corner. The map shows the geographical outline of Italy and its islands, with various regions shaded in different colors: red, yellow, and orange. The map includes a grid of latitude and longitude lines, and various geographical labels such as 'LIGURIAN SEA', 'SICILIAN SEA', and 'IONIAN SEA'. In the top right corner, there is a title 'ITALY.' followed by a scale bar and some smaller text. The map is the background for the book cover.

ITALY.

Deivy Ferreira Carneiro
Maíra Ines Vendrame
ORGANIZADORES

Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana

FGV EDITORA

Copyright © 2021 Deivy Ferreira Carneiro, Maíra Ines Vendrame

Direitos desta edição reservados a
FGV EDITORA
Rua Jornalista Orlando Dantas, 9
22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil
Tels.: 0800-021-7777 | 21-3799-4427
Fax: 21-3799-4430
editora@fgv.br | pedidoseditora@fgv.br
www.fgv.br/editora

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

1ª edição – 2021

Preparação de originais: Sandra Frank
Capa: Estúdio 513

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Carneiro, Deivy Ferreira
Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana [recurso eletrônico] / Deivy Ferreira Carneiro, Maíra Ines Vendrame. - Rio de Janeiro : FGV Editora, 2021.
1 recurso online (284 p. : il.) : PDF

Dados eletrônicos.
Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5652-086-5

1. Itália - História. 2. Micro-história. I. Vendrame, Maíra Ines. II. Fundação Getulio Vargas. III. Título.

CDD – 945

Elaborada por Rafaela Ramos de Moraes – CRB-7/6625

Sumário

Apresentação: Avanços e novas perspectivas a partir da segunda geração da *microstória* italiana 7

Deivy Carneiro

Maíra Ines Vendrame

1 A pluralidade do passado 24

Sabina Loriga

2 Microstoria: relações sociais *versus* modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas 39

Simona Cerutti

3 "A Contrapelo": diálogo sobre o método 59

Simona Cerutti

4 Quem está embaixo? Uma releitura de E. P. Thompson, historiador das sociedades modernas 69

Simona Cerutti

5 Ofícios aparentados: cirurgiões-barbeiros e artesãos dos corpos em Turim (séculos XVII e XVIII) 99

Sandra Cavallo

6 O saber das relações: vínculos e raízes sociais de uma administração na França do século XIX 122

Maurizio Gribaudi

7 Percursos individuais e evolução histórica: quatro trajetórias operárias na França do século XIX 160

Maurizio Gribaudi

8 *Microstoria/microhistoire/microhistory* 198

Francesca Trivellato

9 Existe futuro para a micro-história italiana na era da história global? 214

Francesca Trivellato

- 10 Processos criminais e micro-história: direito, grupos populares e a Justiça Criminal em Minas Gerais (1854-1941) 245
Deivy Ferreira Carneiro
- 11 Pensando o problema das conexões, do equilíbrio e da complexidade a partir da perspectiva da micro-história 260
Maíra Ines Vendrame
- Autores 282

9 Existe futuro para a micro-história italiana na era da história global?*

Francesca Trivellato

No fim dos anos de 1970 e durante os anos de 1980, particularmente depois do lançamento do livro *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg (1976), e de *A herança imaterial*, de Giovanni Levi (1985), a micro-história italiana abalou as bases dos paradigmas e das práticas da historiografia estabelecidas até então. A partir daquele momento, como Anthony Grafton (2006:62) coloca, “micro-historiadores cativaram leitores, conquistaram lugar de destaque nas bibliografias e foram traduzidos em muitas línguas – além de terem irritado e deliciado os colegas historiadores”. Assim, pergunta-se: as questões que motivaram o desenvolvimento da micro-história italiana são ainda relevantes ou elas perderam seu ímpeto? Como o significado da micro-história mudou ao longo dos últimos trinta anos? E como essa abordagem pode contribuir nos dias atuais, quando a “globalização” e o “global” são as palavras-chave dominantes nas humanidades e nas ciências sociais – palavras-chave que raramente são associadas com a ideia de micro?

No presente texto, gostaria de avançar dois argumentos. O primeiro deles é que o potencial de abordagem micro-histórica pela história global continua subexplorado. Desde os anos 1980, o encontro entre a micro-história italiana e a história global foi prioritariamente confinado à forma narrativa. A série de estudos sobre indivíduos, cujas vidas ultrapassaram fronteiras linguísticas, políticas e religiosas, gozaram de um sucesso considerável tanto entre pesquisadores como junto ao público em geral. Esses estudos insistiram na ideia de que uma escala micro ou uma abordagem biográfica pode ilustrar melhor o imbricamento de tradições culturais produzidas pelo contato e embates entre diferentes sociedades que seguiram a expansão geográfica europeia do século XVI. Esses estudos também refletem um maior conforto que historiadores e os leitores em geral (talvez de forma ainda mais pronunciada nos países anglófonos) sentem com a narrativa, em vez da análise dura das ciências sociais. Entretanto, ainda que atraentes, muitos desses estudos não cumprem as ambições metodológicas originais dos micro-historiadores italianos. Revisitando algumas dessas ambições, proponho outras formas de combinar a micro-história com a história global.

Existe uma segunda questão que me proponho a levantar. Nas suas reflexões historiográficas e nos estudos empíricos, os micro-historiadores italianos frequentemente se

* Título original: Is there a future for Italian microhistory in the age of global history? (Trivellato, 2011).

depararam com o seguinte desafio: como conceber a relação analítica entre as escalas micro e macro? Não obstante, eles nunca esboçaram uma teoria que fosse uniforme e coerente. A persistente fricção entre a análise micro e a macro levantou questões acerca do grau de generalização que pode ser extraído de estudos de caso e, no final, também levantou questionamentos sobre o *status* científico da história como disciplina.¹ Entretanto, essa discussão vai muito além do escopo do presente texto. Eu simplesmente sugiro que as reflexões dos micro-historiadores italianos sobre a relação entre as escalas micro e macro podem instigar uma saudável dose de autorreflexão crítica nas ponderações sobre a história global. Não importam os limites impostos pelos historiadores globais para colocar em xeque as primeiras narrativas eurocêntricas e teleológicas. Eles, inúmeras vezes, reproduzem generalizações muito próximas a essas mesmas narrativas que criticam, especialmente quando seus arrazoados abrangem uma escala macro. A abordagem sincrônica que acompanha a combinação entre as micro e as macroanálises contrabalançam essa tendência. No melhor dos casos, a micro-história pode também fomentar comparações frescas e ilustrativas.

I.

Mesmo aqueles que não foram seduzidos pelo movimento reconhecem que estamos diante de uma “virada global” no que tange à prática da escrita histórica – particularmente, ainda que não exclusivamente, no âmbito da história europeia. O adjetivo “global” está em todos os lugares: em livros e títulos de artigos, em anúncios para vagas de professor, nas academias e nas chamadas de trabalho, no florescimento institucional e disciplinar das “humanidades globais”. O que significa história global e mesmo a possibilidade de uma história global ser escrita é uma questão aberta a debate. Numa interpretação convencional, (Crossley, 2008) história global é o rejuvenescimento de tentativas heroicas passadas de se escrever uma história universal, como ela foi concebida através dos séculos e em múltiplas civilizações por autores tão diversos como Heródoto, Abu al-Hasan Ali ibn al-Husayn al-Mas’udi (895-957), Rashid al-Din (1247-1318) e Arnold Joseph Toynbee (1889-1975).² Mas nem todos os trabalhos mais recentes encerrados nessa rubrica aspiram a escrever uma história universal, não importa o quão ecumênica ela seja. Como testemunham vários artigos publicados no *The Journal of Global History*, por exemplo,

¹ O ensaio de Ginzburg “Clues: roots of an evidential paradigm” (1989b) levanta essas questões e estabelece suas relações com a microescala. Ver também Ginzburg (1986a:177-180; 1989a:112-115). Para um apanhado simpático, porém franco, sobre o esforço dos micro-historiadores italianos para reconciliar as micro e macroescalas, ver Allegra (2009; 2011).

² Ver também O’Brien (2006).

o rótulo se aplica frequentemente a estudos cujo escopo é regional e não global ou que focam em fenômenos selecionados, abrangendo vasta área através de fronteiras políticas, religiosas e linguísticas. Estudiosos utilizam uma terminologia alternativa e não é sempre claro o que exatamente eles querem dizer com ela. Quão diferente – se houver alguma diferença – é a história global da história mundial? Houve uma *mundialização* (Gruzinski, 2004) antes da série de experiências as quais denotamos comumente pelo termo “globalização”? Podemos falar em fenômeno “transnacional” antes do surgimento do Estado-nação? A lista de questões pode se multiplicar. Por isso, eu prefiro não enveredar por todas elas neste texto, não porque não as considere importantes, mas porque isso me distrairia dos objetivos principais deste ensaio.

A despeito da heterogeneidade de designações e metodologias, as contribuições que se autointitulam como sendo de história global, na maior parte das vezes adotam uma análise de escala macro. Elas examinam catástrofes demográficas, grandes migrações forçadas ou voluntárias, desastres ecológicos, invasões militares e progressos tecnológicos. Elas oferecem comparações estruturais entre continentes, impérios e oceanos e também enfatizam rupturas e transformações no longo prazo. Donald Yerxa assim opta pelo

deselegante termo macro-história para descrever esse crescente *corpus* de literatura, que inclui alguns tipos de história mundial, história global, análise de sistema-mundial, macrossociologia, análise comparativa civilizacional, geopolítica, ‘Big History’ e investigações de história-mundial (*world-historical*) de larga escala a partir de perspectivas variadas [Yerxa, 2009:1].

Uma definição eclética desse tipo parece apropriada. Mas devemos atentar para o corolário de Yerxa quando ela afirma que “macro-história é, simplesmente, a escala da História mais relevante quando inquirimos como as questões atuais que se abrem para a humanidade passaram a vigorar” (Yerxa. 2009:5). Enquanto existe uma vantagem produtiva em se aceitar o termo *macro-história* para se referir a uma multiplicidade de abordagens e subcampos atuais, a conclusão de Yerxa traz uma aparente (se, quiçá, não intencional) crença na primazia autoevidente da macro-história nos debates acadêmicos atuais – uma crença que necessita ser escrutinada com mais minúcia. Será que os temas globais criaram uma nova ortodoxia? Será que a análise em escala macro é sempre a melhor maneira de abordar esses temas? Pode a escala micro ser uma alternativa mais adequada ou, pelo menos, um complemento útil, para isso? Ou, colocado simplesmente, existe futuro para a micro-história em face da virada global? E, se existir, como ele vai ser?

II.

Para começo de conversa, precisamos, ainda que brevemente, considerar os objetivos que os micro-historiadores italianos estabeleceram para si, assim como o real impacto de seu trabalho. Segundo afirmação geral, micro-historiadores italianos nunca se reuniram numa escola unificada de pensamento.³ No entanto, originalmente eles eram um grupo relativamente pequeno de acadêmicos em contato próximo uns com os outros, cujos membros mais proeminentes eram Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Carlo Poni. A revista acadêmica *Quaderni Storici* (particularmente entre 1976 e 1990) e a série de livros *Microstorie* (publicado por Giulio Einaudi entre 1981 e 1991) foram os principais suportes para a publicação de seus estudos.⁴ Sublinhando o caráter italiano desse círculo, Grendi notou a existência de um “estilo” comum marcado por uma forte consciência teórica e pela rejeição do idealismo na filosofia, dualismo ideológico na política, assim como pela rejeição da pompa retórica e das grandes sínteses na escrita histórica (Grendi, 1994:539). Apesar de suas inclinações divergentes, os micro-historiadores italianos também permaneceram unidos ao se colocarem à parte dos praticantes de história local, da narrativa histórica, da francesa *histoire de la vie privée*, e da alemã *Alltagsgeschichte*. Os dois últimos campos, em particular, trabalharam para injetar novas perspectivas na ascendente maré da história social, incluindo o estudo sobre mulheres, emoções e atos de resistência. Os micro-historiadores italianos compartilhavam com franceses e alemães a convicção de que a revelação de fenômenos obscurecidos pelo conhecimento recebido invalidaria a teleologia das grandes narrativas. Mas eles se esforçaram menos para recuperar a vida cotidiana das pessoas comuns do que para empregar análises de escala micro, de forma a testar a validade de paradigmas exploratórios de escala macro. Seus alvos principais eram o marxismo vulgar e historiadores sociais de tendências de esquerda, a *longue durée* braudeliana e a abordagem inerente à história quantitativa, da qual a escola dos *Annales* derivou, bem como se voltavam contra a influência que o funcionalismo sociocultural, na antropologia, e a teoria da modernização, na política e na economia, exerciam sobre a historiografia.

Inspirados mais por modelos antropológicos do que por modelos sociológicos, os micro-historiadores italianos foram atraídos mais por personagens idiossincráticos e fenômenos

³ As declarações de Levi (1992:91; 1995:111); Ginzburg (1993:34); Grendi (1994:540); Revel (1996a:16) negando a existência de um cânone da micro-história são confirmadas pela pluralidade de temas e abordagens exploradas por esses mesmos pesquisadores e por aqueles inspirados por eles.

⁴ Sob a coordenação de Ginzburg e Levi, 23 títulos foram publicados na série *Microstorie*, incluindo tanto as obras originais de pesquisadores italianos como as traduções de pesquisas de historiadores estrangeiros, como Natalie Zemon Davis e E. P. Thompson.

(*phenomena*) do que pelas pessoas comuns e por padrões consistentes. Num aforismo frequentemente citado que permanece tão cativante como enigmático, Grendi falou da necessidade de se focar no “excepcional normal”, isto é, nos documentos fora do ordinário que – caso sujeitados a uma leitura microanalítica apropriada – poderiam, não obstante, iluminar tendências mais amplas.⁵ A ênfase aqui, assim como na noção de *sinais* de Ginzburg (1986), ou “pistas” (*clues*), em inglês, é no encontro com as fontes primárias que, à primeira vista, contêm detalhes que são incongruentes com as narrativas padronizadas. A partir de um documento aparentemente excepcional, um historiador pode extrapolar indicadores típicos e relevantes, não apenas histórias excepcionais. Assim, o excêntrico moleiro friuliano do século XVI, Domenico Scandella, melhor conhecido por seu apelido Menocchio, se transformou no veículo por meio do qual Ginzburg (1976) repudiou a separação rígida entre cultura de elite e cultura popular, pois acreditava-se que a separação teria se intensificado tanto pela invenção da imprensa quanto pelo surgimento da contrarreforma. Com a biografia de um exorcista dúbio, Levi (1985) mostrou que os preços da terra no Piemonte do século XVII não foram controlados nem pela lista rígida de preços, estabelecida pelas corporações ou pelas autoridades soberanas, nem foram governados pela oferta e procura, como se definia tradicionalmente; no lugar, os preços respondiam a uma complexa lógica local, na qual oferta e procura eram combinadas pelos efeitos das relações de parentesco (*kinship*), pela estratificação social, pelo crédito e caridade, assim como pela posição geográfica das glebas de terra (que afetavam a economia de escala). Somente um estudo de micro-história poderia desvelar o impacto de todos esses fatores. As implicações desse estudo, Levi sustentou, transcendiam o local e deveriam nos motivar a revisitar noções vulgarizadas sobre como o mercado de terras na Europa funcionava no início do período moderno.

Na sua versão mais inspirada, a micro-história aplicou a análise de escala reduzida para todos os objetos de pesquisa (tanto para um vilarejo como para uma cidade, por exemplo), mas também combinou as escalas micro e macro, em vez de tão somente favorecer a microescala como um artigo de fé (Levi, 1992:95-97; 107; Revel, 1995:496; Revel, 1996a:19-20).⁶ Tendo

⁵ Para Grendi (1977:512), “*il documento eccezionale può risultare eccezionalmente ‘normale,’ appunto perché rilevante*” (um documento excepcional pode resultar ser excepcionalmente “normal”, precisamente por causa de sua relevância). Ao editar alguns dos ensaios de Grendi (2004:14-28), Osvaldo Raggio e Angelo Torre se referem àquele ensaio essa passagem aparece como “*il testo fondativi della microstoria*” (“o texto fundador da micro-história”, em tradução livre).

⁶ Maurizio Gribaudi (1996) assevera que as escalas micro e macro não são inerentemente incompatíveis, mas que historiadores e cientistas sociais que favorecem as microperspectivas insinuam que os sistemas social e institucional estão abertos a manipulações individuais e estão em constante transformação. Já aqueles que se inclinam para a macro perspectiva adotam uma imagem mais evolutiva, em que as forças que transcendem o indivíduo são as responsáveis pela mudança histórica.

em vista esse ideal, o que hoje chamaríamos de conexões globais estão sugeridas em alguns pontos dessas reflexões. Levi (1992:96) percebeu que “mesmo a simples ação de, digamos, alguém indo comprar pão, na verdade, concentra o sistema muito mais amplo, que concerne todo o mercado mundial de grãos”. Nem ele nem outros micro-historiadores, entretanto, conseguiram nos legar um arrazoado completo de como recapturar essa inter-relação entre o local e o global. Alguns de seus seguidores tentaram resolver esse *conundrum* lançando mão de recursos narrativos – como a maioria dos historiadores faz. Vou retornar a esse ponto mais abaixo. Mas, primeiro, temos de reconhecer quais os pontos que afastam a micro-história da macro-história.

III.

Com o risco de ser abertamente esquemática, posso identificar uma lista breve de características que marcam a distância entre os dois tipos de análise. Para começar, a micro-história se sustenta num uso intensivo de fontes primárias (especialmente registros judiciais, autobiografias e documentos cartoriais), enquanto a macro-história privilegia fontes secundárias (idealmente, mas nem sempre, escritas em múltiplas linguagens). Em segundo lugar, a macro-história tende a se estender por muitos séculos, quando não por milênios, e frequentemente adota um ritmo acelerado. Por sua vez, a micro-história prefere uma abordagem sincrônica, por escolha e necessidade; está mais interessada (e é mais adequada) em desvelar a interconexão entre fenômenos múltiplos que identificam processos causais de mudança no fio do tempo. Em terceiro lugar, os protagonistas da micro-história italiana são, na maioria das vezes, homens brancos europeus, ainda que frequentemente oriundos de estratos rurais e pobres, enquanto a macro-história procura colocar a Europa numa perspectiva comparada.⁷ Finalmente, a macro-história tende à simplificação em prol da generalização. A análise do sistema-mundial (*world-system*) de Immanuel Wallerstein (1974-1989) é talvez o mais conhecido entre os modelos globais de macroanálise, desenvolvido na junção entre história e sociologia. Micro-historiadores adotaram um tom diferente: “Por que fazer as coisas simples, se podemos torná-las complexas?” (Revel, 1989:xxiv). Ou, citando Levi (1992:109):

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento de elementos singulares em troca da generalização e, de fato, ela acentua eventos e vidas singulares. Mas, ao mesmo tempo, ela

⁷ Wolf (1982) é um dos primeiros e dos mais importantes exemplos de história global influenciada por um viés não eurocêntrico.

tenta não rejeitar todas as formas de abstração, uma vez que fatos mínimos e casos singulares podem servir para revelar fenômenos gerais.

Recentemente, Levi (2011:175, tradução livre)⁸ argumentou que

historiadores não deveriam generalizar suas respostas; a definição real de história é a de ser uma disciplina que generaliza suas questões, isto é, uma disciplina que coloca questões que possuem um significado geral e, mesmo assim, reconhece a possibilidade de existirem infinitas respostas, dependendo do contexto local.

Tendo por base essa lista abreviada, teríamos dificuldades para encontrar algum ponto de convergência entre a macro e a micro-história. Entretanto, vou aventar agora algumas razões do porquê de os micro-historiadores italianos terem se debruçado sobre temas globais. Em seguida, vou demonstrar em que ponto a micro-história e a história global se encontraram. Finalmente, vou sugerir alguns pontos adicionais de intersecção que podem ser proficuamente explorados.

IV.

Críticas da “civilização ocidental (“WestCiv”, num jargão que pode ser tanto amigável como repulsivo) animam até mesmo o mais tradicional entre os historiadores do mundo moderno (*modern world historians*), embora poucos sejam imunes a tais objeções. Em seu formidável *Um estudo da história*, Toynbee (1935-1961) critica a primazia do Estado-nação e da alta política entre os historiadores acadêmicos, assim como critica os nexos causais, abertos ou absconsos, postulados entre a dominação econômica e cultural do Ocidente sobre o resto do mundo. Ele se contrapõe com firmeza àqueles que tomam “Civilização (no singular e escrita com cê maiúsculo) [...] identificada como uma única sociedade em particular”. Nos anos de 1930, ele concluiu que “a tese que diz que a presente unidade mundial sob uma base ocidental é a consumação de um processo único e contínuo que dá conta de toda a história humana está fundada numa distorção violenta de fatos históricos e aponta para uma limitação drástica do campo de visão do historiador” (Toynbee, 1935-1961:151, v. I). Ainda assim, Toynbee acreditava obviamente na existência de algo como “Civilização ocidental” e identifica aqueles,

⁸ Levi (2011:174) vincula explicitamente essa busca por complexidade nos modelos históricos explanatórios (*historic explanatories models*) ao clima político do final dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980; particularmente à busca por meios de entender as relações de classe e as intersecções entre o material e o simbólico, a fim de se poder romper com o materialismo marxista em estado bruto. Ver também a nota 12 (Levi, 2011).

como Brunelleschi e Maquiavel, que personificaram as grandes conquistas dessa civilização. Uma ambivalência análoga a essa resiste no mais bem-sucedido e influente dos sucessores de Toynbee: de acordo com o livro de William McNeill (1963), *The rise of the West*, o mundo tinha uma multiplicidade de centros até 1500; a partir de então, o Ocidente conquistou sua primazia. Uma versão atualizada do livro, coescrita por McNeill e seu filho, o historiador do meio ambiente John R. McNeill (McNeill e McNeill, 2003), procura deslocar esse esquema, ao adotar a anti-hierárquica metáfora da teia (*web*). Mas, mesmo assim, a cronologia e as linhas causais propostas para a ascensão do Ocidente são consistentes com narrativas mais antigas, que sugerem, por exemplo, uma ligação próxima entre “a *matriz* comercial da vida nas cidades” e o “dinamismo inusual” e a “inovação incessante” da alta cultura da Europa medieval, não alcançadas por “sociedades mais bem governadas da Eurásia” (McNeill e McNeill, 2003:146-147). Nunca invocado explicitamente, o modelo de desafio e resposta de Toynbee também paira sobre a história e ecoa no posfácio do próprio W. H. McNeill (assinado em separado do posfácio de seu filho), que apresenta o aquecimento global como o próximo desafio, e roga à “resiliência humana” em face de “catástrofes – grandes e pequenas” (McNeill e McNeill, 2003:326).

Em *The human web*, uma breve e notável história mundial, o historiador se esforça para dar conta de uma das mais duras tarefas encaradas pela história global nos dias de hoje: como incorporar a perspectiva de sociedades não ocidentais, incluindo os reemergentes superpoderes asiáticos, ao mesmo tempo que continua a escrever numa tradição ocidental que marcou tão profundamente Toynbee. Em outras palavras, historiadores globais confrontam questões sobre relativismo e eurocentrismo. Por contraste, micro-historiadores italianos estiveram largamente indiferentes diante de tais questões. Para eles, o termo “relativismo” evocava um diferente conjunto de preocupações. Eles desejavam responder a algumas tendências das humanidades que, diante do nascimento da virada linguística (*linguistic turn*), eram percebidas como indicadores de perda de confiança no empirismo e na busca por objetividade, sem recair num positivismo ingênuo e conservador. Ginzburg (1993:32) chama essa empreitada de “a distinta qualidade da micro-história italiana”. Eles também batalharam contra o legado persistente daquilo a que se referiam como “etnocentrismo” (e não eurocentrismo). Suas críticas do etnocentrismo germinaram do encontro entre história e antropologia e procuraram dispensar as presunções implicitamente universalistas do comportamento humano. Naquele tempo, era um chamado para fora da história mundial. Em 1979, Ginzburg e Poni afirmaram que “a morte da

ilusão etnocêntrica (que, paradoxalmente, coincide com a unificação do mercado global) tornou impossível a ideia de uma história universal”.⁹

Circulando entre os mais influentes estudos empíricos dos micro-historiadores italianos, essa crítica foi dirigida contra o entendimento majoritário de como as sociedades pré-industriais funcionavam, em vez de denunciar as perspectivas orientalistas e eurocênicas. Esses estudos focaram quase invariavelmente nas comunidades rurais, tais como as dos friulanos do Piemonte do século XVII. A escolha atraiu a simpatia que os pós-marxistas nutriam pelas massas proletárias das sociedades pré-industriais.¹⁰ Também respondeu à necessidade de identificar localidades que fossem suficientemente pequenas para permitir pesquisas sistemáticas em fontes arquivísticas.¹¹ No seu *A herança imaterial*, Levi rotula como “etnocêntrica” a representação dos camponeses europeus no Antigo Regime por historiadores e cientistas sociais que estão obnubilados pelo universalismo presumido da teoria da modernização e do livre mercado (Levi, 1985:51, 58; 1988:36-37, 44).

O uso do termo etnocentrismo por Ginzburg evoluiu ao longo do tempo, tanto de forma independente como em comunhão com a virada global (*global turn*). Seus primeiros estudos sobre camponeses friulanos tomavam o etnocentrismo como a presunção distorcida de uma separação rígida entre cultura escrita e oral; alta e baixa (Ginzburg, 1966; 1976). Então estendeu sua abordagem antropológica e histórica para o estudo da bruxaria para além das fronteiras da Europa (Ginzburg, 1989c). Mais recentemente, ele escreveu um ensaio sobre o que é (segundo meu conhecimento) a única tentativa consciente de um autoidentificado micro-historiador italiano aventar questões sobre como a globalização afetou as humanidades.¹² A partir de uma leitura atenta sobre o projeto colonizador delineado por um calvinista suíço que passou grande parte da vida negociando através do oceano Índico no início do século XVIII, Ginzburg (2005:682) pretende mostrar que, sob a luz das teorias de Marx e de Weber sobre o capitalismo, essa história “tem a chance de derrubar algumas das barreiras que separam a micro-história da teoria”. A despeito de suas conclusões no artigo citado serem mais evocativas do que

⁹ Ginzburg e Poni (1991:4; 1979). Mais tarde, Ginzburg (1993:21) lembraria que “a rejeição do etnocentrismo e da teleologia que [...] caracterizou a historiografia herdada do século XIX” esteve entre as características que a micro-história italiana compartilhou com o revisionismo de François Furet, ainda que, fundamentalmente, por diferentes motivos.

¹⁰ Levi (1990:211-212, 217-218; 2011:172-174) tem sido mais vocal do que outros historiadores em conectar a gênese intelectual da micro-história ao seu ativismo político, o que ele desenvolveu junto ao campo da esquerda, mas, mais próximo dos movimentos locais e independentistas do que dos dois partidos de massa da esquerda italiana, surgidos no pós-guerra: o Partido Comunista (PCI) e o Partido Socialista (PSI).

¹¹ Uma segunda geração de micro-historiadores se aventurou com mais frequência no panorama urbano. Ver Gribaudi (1987) e Cerutti (1990).

¹² Sobre “etnocentrismo” como um substitutivo aproximado de eurocentrismo, ver também Ginzburg (1999:77; 2000:97-98).

sistemáticas, seu objetivo é – mais uma vez – contestar paradigmas estabelecidos, dessa vez por seu valor explanatório e pelas transformações que ocorreram em escala global.

V.

A maioria dos trabalhos de micro-história escritos fora da Itália não costuma vocalizar abertamente reivindicações metodológicas tão ousadas. Seu caráter distintivo repousa em outro lugar: eles são escritos num estilo narrativo.¹³ Ainda que cômicos das consequências que cada escolha metodológica opera no processo de recontar o passado, impactando a própria disciplina histórica, bem como o público leitor, os micro-historiadores italianos (não importa o quão elegante seja sua prosa) não estão preocupados com a narrativa em si.¹⁴ De fato, eles pretenderam transformar o passado num território não familiar; um território que pudesse adquirir novos significados uma vez que fenômenos bem conhecidos fossem colocados sob um microscópio. Por contraste, a narrativa histórica, de maneira geral, zela por sua habilidade de trazer o passado para mais perto e permite aos leitores se sentirem parte dos mundos que foram perdidos. Anthony Molho (1978) já ressaltou esse aspecto, o qual ele descreve como uma divergência transatlântica na prática da análise micro-histórica. Numa resenha ácida, ele tomou o livro de Gene Brucker (1986), *Giovanni e Lusanna* – um autointitulado trabalho de micro-história – como um exemplo dos diferentes significados que o termo adquiriu nos dois lados do oceano: “uma narrativa elegante”, na costa Norte-Americana; e uma “análise teórica rica e complexa”, no continente europeu (Brucker, 1986:99).¹⁵

Colocada nesses termos categóricos, essa oposição oblitera as contribuições de vários historiadores anglófonos que trabalharam de perto com esse *gap* transatlântico. Em primeiro lugar, Natalie Zemon Davis. A coleção de ensaios *Society and culture in early modern France*, de 1975, não invocou a micro-história como uma metáfora ou um método, mas antecipou brilhantemente algumas de suas características, incluindo o recurso a modelos antropológicos e o uso da análise de microescala como uma ferramenta para colocar à prova generalizações rígidas (Davis, 1975). *O retorno de Martin Guerre*, de Davis (1982), logo se tornou um clássico, porque, além de ser uma leitura cativante, o livro levanta debates acadêmicos alentados sobre

¹³ Obviamente, qualquer texto, científico ou humanístico, é uma narrativa e, como tal, contém um enredo (*plot*) e trabalha com aparatos teóricos de forma a persuadir o leitor. Por “estilo narrativo” quero dizer, simplesmente, um modo de escrever que é intencionalmente acessível, ostensivamente transparente e, pelo menos, levemente prazeroso. Eu propositalmente me abstenho de apresentar, aqui, os vários e complexos debates epistemológicos sobre narrativa e história que estiveram muito em voga nos anos de 1970 e 1980.

¹⁴ Conforme Ginzburg e Prosperi (1975); Ginzburg (1993:23-24); Levi (1992:106). Sobre história, micro-história e romance histórico, ver Rothschild (2011:281-282, 454-455).

¹⁵ Ver também Kuehn (1989).

gênero, identidade e a própria noção de narração (*story-telling*). No entanto, enquanto assegurava a tradução do livro para o italiano, à guisa de chamariz para a publicação de micro-historiadores italianos, Ginzburg (1984) enfatizou mais as diferenças do que as semelhanças entre ele e Davis no que toca à compreensão de ambos dos parâmetros da micro-história. Ela enxergava sua tarefa como a “produção de possibilidades históricas, e não, necessariamente, a produção de provas”; é preciso haver espaço para “os ‘talvez’, os ‘pode ter sido’, dos quais os historiadores lançam mão quando a evidência é inadequada ou incompreensível” (Davis, 1982:viii).¹⁶ Mas os interlocutores imediatos de Davis (como os interlocutores do seu livro publicado em 1987)¹⁷ não foram, em sua maioria, os micro-historiadores italianos, mas sim seus antigos colegas da Universidade da Califórnia (Berkeley), como Stephen Greenblatt e outros que estavam então procurando novos nichos para imbricar historiadores culturais e críticos literários.¹⁸ No início dos anos 1990, Edward Muir, um especialista em Itália moderna, fez mais do que qualquer outro acadêmico estadunidense ao traduzir (literal e conceitualmente) as lições da micro-história italiana e ao reconciliá-las, não apenas com as abordagens convencionais da história social e cultural, mas também com *insights* do pós-estruturalismo – duas frentes que ele atacou com um estudo sobre as vendetas na terra natal de Menocchio, o Friuli do século XVI (Muir, 1993).¹⁹ Somente um pequeno número de acadêmicos anglófonos experimentaram a fundo o tipo de micro-história realizada por Ginzburg, notadamente Florike Egmond e Peter Mason (1997), e foram ainda mais raros aqueles que emprestaram a versão científico-social (*social scientific*) de Levi.

Por essa razão, a divergência transatlântica detectada por Molho (1987) na conceitualização da micro-história não é apenas um pormenor. Tanto as razões estruturais como contingentes pesam para essa divergência. Suas raízes profundas repousam sobre uma tradição Whig²⁰ que investe aos historiadores a missão de memorizar (*memorialize*) as lutas e os triunfos humanos numa maneira linear para que o conhecimento se torne cumulativo. Mais ainda, o estilo narrativo foi motivo de orgulho entre os historiadores anglófonos em contraposição tanto à prosa densa dos acadêmicos franceses como à prosa pseudocientífica das ciências sociais duras. Assim, mesmo tendo evitado “algum senso de inevitabilidade ou progresso necessário”, Bernard Bailyn (1994:16) clamou lutar pela “inteligibilidade” e contra a “linguagem das

¹⁶ Davis (1995:1-4) permaneceu fiel a seu credo até os dias atuais. Em outro trabalho, construí um diálogo ficcional entre ela própria e uma mulher, objeto de seu estudo.

¹⁷ Cf. Davis (1987).

¹⁸ Ver, por exemplo, o engajamento com a história de Martin Guerre em Greenblatt (1990:131-145).

¹⁹ Ver também a nota 54 em Muir (1993).

²⁰ Expressão de origem popular que se tornou termo corrente para designar o Partido Liberal no Reino Unido, corrente política que contribuiu para a formação do atual Partido Liberal Democrata (N. do T.).

ciências comportamentais” (Bailyn, 1994:37). Finalmente, a travessia transatlântica da micro-história italiana ocorreu durante o pico da “nova história cultural” em meados dos anos 1980 e no início da década de 1990, que, sem dúvida, contribuiu para uma apropriação seletiva (particularmente, senão exclusivamente, entre os historiadores que não liam em italiano).²¹ Assim, no mundo anglófono, a micro-história se tornou, primeiro de tudo, um instrumento para iluminar figuras marginais que animavam a curiosidade geral e mobilizavam a empatia de leitores; algumas vezes servia para liberar pesquisadores de padrões de evidência considerados muito restritivos; e sempre servia para tornar a escrita acadêmica acessível a um público mais amplo. O livro celebrado de Laurel Thatcher Ulrich (1990), *A midwife’s tale*, não se apresenta como sendo de micro-história, mas compartilha algumas de suas características, o que o ajudou a conquistar o prêmio Pulitzer de história em 1991.²²

VI.

Os assim chamados leitores não especialistas exercem suas exigências tanto sobre historiadores globais como sobre os micro-historiadores – talvez ainda mais nos Estados Unidos, onde acadêmicos gozam de um *status* social menos proeminente do que na Europa continental e se viram sob ataque devido à sua alegada hiperespecialização e insularidade. Escrever sobre a vida humana através dos tempos, em qualquer lugar do mundo, numa narrativa compreensível, não é mais o efeito de uma fábula Whig do progresso moral através da história, mas se tornou uma resposta às críticas que retratam especialistas arvorados numa torre de marfim, entregando-se a jargões obscuros e investigando minúcias que não têm nenhuma relevância para a “humanidade” como um todo. Que essa estratégia possa ser bastante efetiva foi sugerido pelo vencedor do prêmio Pulitzer de 1998 para livros de não ficção, Jared Diamond (1997). Para

²¹ Esses volumes de traduções inglesas de ensaios originalmente publicados nos *Quaderni Storici* (Muir e Ruggiero 1990; 1991; 1994) são ao mesmo tempo a melhor evidência e os melhores meios que permitem essa apropriação seletiva. Ausentes desses volumes estão as contribuições seminais de Levi, Poni e outros proeminentes micro-historiadores italianos que escreveram sobre temas econômicos e sociais. Por outro lado, trabalhos de estudiosos cuja associação com a micro-história era tangencial foram incluídos. *Microhistory and the lost people of Europe* reúne cinco “exemplos do que poderia ser chamado de micro-história cultural” e somente “três exemplos do que poderia ser chamado de micro-história social” (Muir e Ruggiero, 1991:xi; xv). Em contraste, a ala da micro-história socioeconômica migrou para a França, como testemunham os trabalhos de Cerutti (1990), Gribaudi (1987) e Loriga (1991), assim como a coleção editada por Revel (1996b). Grendi (1994:541) está entre aqueles que insistem numa divisão entre a ala socioeconômica e a ala cultural na micro-história italiana. Em contraste, Cerutti (2004) e Ginzburg (2005:682) negam a existência de tal divisão e apontam para bases teóricas comuns concernentes ao cerne do grupo de micro-historiadores italianos, independentemente dos seus respectivos interesses temáticos. Vários números de *Quaderni Storici* nos anos de 1990 também tentaram mostrar novos pontos de intersecção entre as abordagens das histórias social e cultural derivadas da micro-história, incluindo o estudo de práticas legais. Apesar disso, essa visão interna não foi refletida na recepção da micro-história italiana no exterior.

²² Lepore (2001) examina a relação entre biografia, micro-história e pesquisa acadêmica entre os historiadores dos Estados Unidos.

aqueles historiadores que seriam tachados de indiferentes (*aloof*), um estilo narrativo torna-se um meio para que sejam recebidos para além do seu círculo acadêmico. Essa tendência teve um papel importante no encontro da micro-história com a história global. Para um praticante instruído nessas duas vertentes, “pode e deve existir uma versão Olímpica da história mundial, e existe sempre uma dimensão individual e humana” (Colley, 2007:300). Nas palavras de um historiador que trabalha com a Ásia oriental, a micro-história é um caminho para reviver os “dramas humanos que tornam a história viva” e, assim, reequilibrar o campo da história mundial, que “tendeu para o viés científico-social da história” (Andrade, 2011:574). Um acadêmico que estuda a escravidão atlântica distingue a história da *escravidão*, como objeto de uma investida da história macroestrutural, da história dos *escravos*, como objeto da micro-história, que é, “história mundial a partir da perspectiva do indivíduo” (Zeuske, 2006:9, tradução livre).²³

Num artigo recente, Tonio Andrade (2011:574) convida a “adotar abordagens micro-históricas e biográficas para ajudar a povoar outros modelos e teorias com pessoas reais, a escrever o que pode ser chamado de micro-história global”. Ele encontra esse ideal em algumas “histórias de vidas individuais e contextos globais” (Andrade, 2011:574), por exemplo, no livro de Jonathan Spence (1988), *The question of Hu*, em *Trickster travels*, de Nathalie Zemon Davis, (2006) e em *The ordeal of Elizabeth Marsh*, de Linda Colley (2007). Para Andrade (2011:574), “o foco humano torna esses livros divertidos de serem lidos, excitantes até, e eles alcançaram uma larga audiência”. Andrade ressalta os aspectos individual e global mais do que aspectos ligados à micro-história. Não coincidentemente, nenhum acadêmico italiano figura em sua lista de exemplos.

Andrade aponta para dois fenômenos interligados: a transformação da micro-história numa história narrativa e a apropriação de temas globais, na maioria das vezes lidos através de uma lente biográfica, pela narrativa micro-histórica. Eu já comentei sobre o primeiro caso; agora vou me ater ao segundo. O foco biográfico faz parte da proposta original da micro-história e de sua contribuição empírica.²⁴ Na recente virada global, essa perspectiva foi articulada para um fim específico. A vida de um indivíduo singular é reconstruída (algumas vezes graças à sobrevivência aleatória de documentos pessoais, outras vezes juntando evidências esparsas de coleções dispersas) com o intento de dar conta da tarefa mais elusiva da história global: compreender as múltiplas e imbricadas conexões através de culturas e grupos a partir da

²³ Ver também Ogborn (2008) e Finn (2010).

²⁴ Para mais reflexões sobre a relação entre biografia, historiografia da Europa moderna e micro-história, ver Loriga (2010:259-263).

perspectiva de atores neles envolvidos, em vez de focalizar o ponto de vista das instituições que criaram as estruturas que contribuíram para o florescimento dessas interações e que geraram a maior parte dos registros documentais que sedimentaram a memória dessas mesmas interações. De forma menos frequente, a biografia (falando em metáforas) de uma cidade (Vidal, 2005), de uma *commodity* (Stein, 2008), ou de um ano específico (Wills Jr, 2001) também serve a esse propósito.²⁵

As questões centrais lançadas por essas histórias de vidas individuais na arena global são significativamente diferentes daquelas que animavam os historiadores italianos. Não estão presentes a crítica das teorias da modernização, funcionalismo, e modelos esquemáticos que separam a cultura da elite da cultura popular. Também não está presente, na maior parte dos trabalhos, um engajamento explícito com “problemas de prova e demonstração”. (Levi, 1992:105). Permanece uma questão nova, mais literal (ainda que não menos importante) sobre o etnocentrismo. O inimigo comum é agora a tese do “choque de civilizações”, que renega a violência colonial e a dominação, por um lado, e, por outro lado, o alto grau de interdependência entre colonizadores e colonizados, assim como as várias ocasiões de empréstimo e troca que aconteciam fora das dinâmicas predeterminadas de poder. O tema mais recorrente está centrado nos canais de comunicação e de negociação que ultrapassaram as barreiras linguísticas e culturais, as quais a tese do choque de civilização assume serem impermeáveis.

Os protagonistas para essas micro-histórias globais (como podemos chamá-los) são indivíduos que incorporam deslocamentos geográficos e culturais. Não por acaso, eles frequentemente vêm de grupos minoritários que são compelidos a se manter em movimento e desempenhar um papel de intérpretes linguísticos e culturais; por isso, existe a recorrência a protagonistas judeus. Micro-historiadores italianos insistiram que migrações permanentes e temporárias foram menos frequentes na Europa pré-industrial do que se acreditava. Micro-historiadores globais estão absolutamente de acordo com essa ideia, mas estão afeitos a demonstrar que as distâncias geográficas e culturais percorridas por homens, mulheres e crianças se estendiam para muito além das fronteiras da Europa. Eles mostram que a expansão militar e comercial da Europa tornou o viver em culturas variadas, e longe de “casa”, uma experiência recorrente para pessoas comuns, apesar da fragilidade da tecnologia de transporte. Além disso, a travessia do oceano não era exclusividade dos heróis da civilização ocidental. Colley (2007) e Leonard Blussé (2002) deliberadamente escolheram mulheres como seus

²⁵ Dos três exemplos citados no texto, Vidal (2005) é o único que faz referências explícitas aos micro-historiadores italianos. Para uma análise crítica da apropriação problemática por Vidal do trabalho de Ginzburg, ver a resenha de Giuseppe Marcocci (2005:180).

objetos de pesquisas para demonstrar que as mulheres também viajavam a lazer por terras estrangeiras e tinham acesso a instituições jurídicas coloniais. Robert Harms (2002) e Randy Sparks (2004) concluem, a partir de documentos, que se enquadram no “excepcional normal”, apanágio da micro-história, com o fito de humanizar a história trágica dos escravizados africanos no Atlântico moderno – “para transformar [...] estatísticas em pessoas”, como Sparks (2004:5) coloca a questão.

Quase invariavelmente, as fontes primárias sobreviventes utilizadas nas micro-histórias globais são menos eloquentes do que se desejaria. Raramente as ações e os paradiros dos protagonistas são registrados com detalhes e de maneira transparente; sem falar de sua compreensão sobre os encontros com culturas diferentes, os quais frequentemente envolvem uma mistura de coerção e agência, e uma ampla dose de *wishful thinking* e ruído de comunicação. Muitas micro-histórias globais, portanto, levantam considerações sobre as fontes – sobre o que elas revelam, o que elas escondem, o que elas distorcem. Mas parece haver uma correlação inversamente proporcional entre o desejo do historiador de dar relevo a essas considerações, a ponto de se tornarem questões metodológicas prementes, e sua preferência pelo estilo narrativo. E, evitando problemas metodológicos, as propensões ideológicas dos autores tendem a manipular a escolha das evidências e colorir a narrativa, especialmente onde está prevista a possibilidade de encontros entre atores históricos pertencentes a diferentes “civilizações”.

Num exemplo anterior e mais sofisticado desse tipo, Jonathan Spence descreve o tormento de um chinês convertido ao catolicismo que viajou para Paris nos anos 1720 apenas para ser acusado de ser doente mental pelos mesmos jesuítas que haviam se interessado pela sua cultura e língua durante sua longa jornada até a França (Spence, 1988). Discretamente, porém com firmeza, Spence desvela o critério eurocentrista dos jesuítas segundo o qual Hu foi julgado, fazendo-nos sentir a dor que Hu deve ter experimentado como resultado de um aumento gradativo de desentendimentos. Outros apanhados biográficos sobre encontros transculturais também estão plenos de idealização. *A man of three worlds* segue um judeu marroquino, Samuel Pallache, que construiu uma carreira com sua habilidade acrobática de urdir as linhas que separaram judaísmo, islamismo, catolicismo e protestantismo através do Mediterrâneo e da Europa, com um sentimento claro das estruturas externas que afetaram suas lealdades maleáveis e que não tinham a pretensão de segurar a chave e o acesso para sua alma (García-Arenal e Wiegers, 1999). Lucette Valensi (2008) assinala as pontes culturais construídas por Mardochée Naggiar, judeu tunisiano, que serviu os orientalistas franceses na virada do século XIX, antes de ser virtualmente esquecido pelos estudiosos. Ela reconhece que a extensão de sua

familiaridade acadêmica e pessoal com o mundo desaparecido de Naggiar guiou-a através de suas fontes fragmentárias, ao mesmo tempo que resiste a toda a tentação de romantizar o passado.

O último *tour de force* de Davis representa uma tendência oposta: com base em poucas evidências, ela reúne um apanhado eloquente do encontro cultural mutualmente benéfico que pode emergir mesmo numa época de encarniçadas hostilidades religiosas e em face de consideráveis diferenciais de poder (Davis, 2006). Leo Africanus, nascido al-Hasan ibn Muhammad al Wazzan, em Granada, antes da reconquista, foi o mais famoso cativo muçulmano detido na Corte Papal no século XVI, onde ele foi batizado de Johannes Leo de Medicis. Segundo a leitura de Davis sobre os escritos de Leo Africanus, munida que ela estava de abundantes evidências circunstanciais, antes de decidir deixar a Tunísia após o saque de Roma, Leo pôde apreciar vários aspectos da cultura humanística católica que lhe fornecia subsídios instrumentais para suas habilidades linguísticas. O otimismo de Davis deriva grandemente da confiança em sua habilidade de reconstruir uma história plausível mesmo diante de consideráveis lacunas documentais. Com o objetivo de manter transparente sua estratégia interpretativa aos leitores, Davis é pródiga no “uso do condicional — ‘teria’, ‘poderia’, ‘provavelmente haveria’ — e os especulativos ‘talvez’, ‘quem sabe’”. Ela espera, com isso, construir “uma história de vida plausível com os materiais do tempo” (Davis, 2006:13).

Ecoando o aforismo de Grendi, Davis (2006:11) escolheu Leo por ser “um caso extremo que pode revelar padrões disponíveis para mais experiências cotidianas e de escrita”. E a exemplo de um trabalho clássico de micro-história, *Trickster travels* levanta uma grande questão que transcende a própria vida de Leo: “Será que as águas do Mediterrâneo não apenas dividiam o Norte do Sul, os crentes dos infiéis, mas também os vinculavam através de estratégias similares de dissimulação, performance, tradução e a *busca para uma ilustração (enlightment) pacífica?*” (Davis, 2006:13, grifo no original). Mas o modo pelo qual Davis endereça sua atraente e complexa questão é bastante discrepante do procedimento seguido pelos micro-historiadores clássicos. Ela faz uso dos textos contemporâneos e dos estudos modernos com o fito de preencher as muitas lacunas da biografia nebulosa de Leo, em vez de focar na vida dele, com o objetivo de lançar novos olhares nos padrões da relação entre muçulmanos, judeus e cristãos no Mediterrâneo do século XVI. Aqui Davis parece se engajar no que Dominick LaCapra chama de “leitura redentora”, uma prática que “frequentemente leva ao reprocessamento projetivo do passado”, o que resulta em que “o significado redimido é tipicamente aquilo que se deseja no presente, e que as figuras do passado tendem a se transformar em veículos ou vocalizadores para valores contemporâneos” (LaCapra, 1995:819).

VII.

Micro-historiadores italianos buscaram introduzir o panorama macro nas suas microanálises seguindo dois caminhos principais: via a coleta sistemática de dados, de sorte que as ações e crenças individuais pudessem ser colocadas em relação às ações e crenças de parentes, vizinhos, conhecidos e superiores (o que acontece no estudo de Levi sobre Giovanni Battista Chiesa); ou via um distanciamento progressivo de um texto singular de forma a identificar ecos e filiações por meio de uma plêiade de textos selecionados que seriam relacionados a tradições culturais diversas (esse é o método de que, mais frequentemente, Ginzburg lança mão). Ambas as técnicas podem ser aplicadas eficientemente na escrita da micro-história numa escala global, isto é, quando o macro também envolve um espaço geográfico translocal.

Isso foi o que tentei fazer no meu estudo de um quisto de mercadores judeus na cidade portuária de Livorno, na Toscana, e em relação à sua extensa rede comercial durante a primeira metade do século XVIII (Trivellato, 2009). Nesse estudo, busquei fazer mais do que apenas restaurar a agência de um grupo oprimido ou jogar luz a obscuras rotas comerciais. O que eu fiz foi me engajar nos debates atuais das humanidades e das ciências sociais sobre o valor analítico do termo ubíquo “cosmopolitismo” e do papel da cultura e das instituições na ascensão do capitalismo comercial europeu. Permitam-me recapitular brevemente alguns dos *insights* que eu tomei por empréstimo e adaptei dos micro-historiadores italianos, ainda que não tenha limitado minha pesquisa a uma localidade e a um único indivíduo.

Comunidades comerciais que transportam bens, armas e ideias através de mares e continentes são objetos preciosos para a história global. Ao mesmo tempo, a maioria dos pesquisadores das diásporas mercantis pré-modernas assumem que essas entidades coletivas, sempre vulneráveis a *outsiders*, floresceram devido à solidariedade interna de seus membros, os quais compartilhavam laços familiares, costumes religiosos e outros traços culturais. Raramente, senão nunca, esses estudiosos inquiram sobre a base e a extensão dessa solidariedade. Ao fazer isso, ainda que implicitamente e sem intenção, eles retratam as diásporas mercantis como sendo incapazes de operar em mercados competitivos, uma vez que as consideram movimentos fechados, secretos, com o apoio seletivo de instituições políticas e legais, cuja assistência frequentemente parece ser uma faca de dois gumes. As diásporas mercantis frequentemente seguem o padrão indicado por Philip Curtin (1984), o primeiro pesquisador contemporâneo a estudá-las. Elas frequentemente oscilaram entre dois polos: de um lado, retêm uma aura de arcaísmo; de outro lado, incorporam a árdua função de vincular regiões apartadas. A investigação exaustiva das relações de *network* levada a cabo por Levi no

seu estudo sobre o Piemonte sugere alguns caminhos para ultrapassarmos esse aparente paradoxo. Os sefarditas de Livorno, por exemplo, não estenderam sua confiança incondicional para outros sefarditas e, certamente, também deixaram de fora outros judeus (na verdade, eles podiam ser enganados por judeus). Em vez disso, construíram *networks* dentro de *networks*, parafraseando o dito bem colocado de Israel (2002). Essas *networks* compreendiam numerosos parentes e correligionários, mas também alguns católicos e alguns hindus de Goa, a capital da Índia portuguesa.

A composição e o *modus operandi* dessas *networks*, entretanto, forçam-nos a nuançar a insistência dos micro-historiadores italianos na agência individual. Essa insistência era em parte uma reação contra a corte de modelos interpretativos que circulavam nos anos 1970 e 1980, variando de versões-padrão mostrando as sociedades do Antigo Regime como sendo estáticas e estratificadas às noções foucaultianas da microfísica do poder. Assim, nas palavras de Levi (1992:94), para a micro-história “toda a ação social é tida como o resultado de uma constante negociação individual, manipulação, escolhas e decisões em face de uma realidade normativa, a qual, ainda que pervasiva, oferece várias possibilidades para interpretações pessoais e liberdades (*freedoms*)”.

Mesmo nas mais tolerantes das cidades portuárias do início da Europa moderna, as normas legais e os códigos sociais restringiam a vida dos judeus. Para compreender o comportamento econômico dos mercadores sefarditas, temos de sopesar agência e estrutura, e ter em conta o grau de liberdade e as amarras normativas que governavam a relação entre judeus e gentios, onde quer que essa relação operasse.²⁶ Para esse fim, lanço mão da noção de “cosmopolitismo comunitário”, de sorte a explicar a coexistência da inclusão e da exclusão que caracterizaram as interações sociais, econômicas e culturais entre os grupos religiosos em Livorno e em outras cidades europeias. Essa noção nos ajuda a explicar por que os mercadores sefarditas continuaram a formar parcerias gerais com parentes próximos, mas raramente se colocavam disponíveis à alternativa de selar potenciais parcerias com outros grupos, apesar de essa opção permitir-lhes expandir o número de parceiros, além de lhes aumentar o capital. As barreiras socioculturais, e não as barreiras legais, explicam o porquê de as elites católicas da Toscana terem investido em parcerias geridas por mercadores católicos, mas apenas raramente, e somente no último quarto do século XVIII, em parcerias geridas por judeus. Contrariamente

²⁶ A micro-história parece ter contribuído para um afastamento do estruturalismo, no seio do qual reside a tradição dos Annales. Ver o editorial do exemplar intitulado “Histoire et sciences sociales: un tournant critique” (*Annales*, 44.6, 1989, p. 1319-1320). Por outro lado, Loriga (2011:75) também ressalta a acentuada insistência do livre arbítrio entre vários micro-historiadores italianos.

ao tipo ideal de “pária”, cunhado por Max Weber, os sefarditas não defendiam uma racionalidade econômica mais primitiva, mas exploravam os sistemas legais e sociais que estavam disponíveis para eles. Como resultado de um escrutínio intensivo de fontes locais, essa conclusão carrega alguma validade para estudos comparativos de desenvolvimento econômico. Os grandes esquemas que prevalecem na história global tendem a classificar sociedades passadas como sendo ou “coletivistas” ou “individualistas”. No entanto, essa divisão parece ser inadequada para decifrar as estratégias dos sefarditas de Livorno, que fizeram uso tanto da ação social, como dos valores culturais.

Funcionando mais como cientistas sociais do que historiadores narradores (*narrative historians*), os micro-historiadores italianos foram levados pelo desejo de oferecer uma nova conceitualização da conexão entre ação social e crenças culturais. Eles propuseram uma relação entre bases materiais e representações simbólicas, mas insatisfeitos com a imagem de sistemas culturais coerentes apresentada pelo marxismo, pelo funcionalismo e pela antropologia interpretativa, asseveraram, no lugar, “as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade de interpretações possíveis acerca desse mundo e o esforço que se impõe, como o mesmo peso, tanto sobre os recursos simbólicos, como sobre os recursos materiais” (Levi, 1992:95). Nenhuma teoria abrangente emergiu desse postulado, mas não se pode negar sua relevância para o desenvolvimento atual e futuro da história global. Ele reduz a propensão de projetar vastos sentidos culturais sobre comportamentos econômicos parcamente descritos ou ressuscitar paradigmas obsoletos sobre a evolução sequencial de formações culturais. Minha análise de fontes comerciais, tais como correspondências de negócio e manuais de mercadores, demonstra que muito antes da emancipação legal mercadores judeus envolvidos no comércio internacional fizeram parte de uma cultura comercial da Europa não confessional, cultura essa que os europeus também exportaram para além das fronteiras europeias, por meio de incentivos econômicos e de violência. Ainda assim, essa cultura comercial não confessional esteve longe de ser sinônimo de uma curiosidade genuína e de uma cultura aberta (*open minded*). Por outro lado, ela compreendia apenas uma pequena parte da experiência sociocultural dos judeus. Seguramente as relações de mercado reduziram o preconceito, mas não significaram a queda de todas as barreiras. Nas primeiras sociedades corporativas modernas, o *status* legal e as distinções sociais jamais deixaram de contar.

Apenas focar na comunidade judaica e em suas relações com o Estado e a sociedade não judaica que a circundavam – uma abordagem comum na história dos judeus – não me permitiria alcançar essas conclusões que acabo de discutir. Por meio da micro-história, pude compreender a importância de refletir sobre um conceito que historiadores frequentemente tomam como

autoevidente, qual seja, o conceito de “contexto”, e a reconstrução, tal qual possível, das formas através das quais os atores históricos se relacionavam com ele. (Levi, 1992:106-108; Revel, 1995:500-501; Revel, 1996a:25-26). Revel vai além ao afirmar que “não existe hiato, quanto mais uma oposição, entre história local e história global” (Revel, 1996a:26, tradução livre). Assim, tentei mostrar empiricamente como a vida e as estratégias econômicas dos sefarditas de Livorno tinham, ao mesmo tempo, uma dimensão global e local. Tentei mostrar também por que o local e o global não podem ser concebidos por meio de uma série de círculos concêntricos ordenados hierarquicamente, expandindo-se do menor para o maior. Na minha história (*story*), as alianças familiares, a diáspora dos sefarditas, o Mediterrâneo, o oceano Atlântico e o oceano Índico, outras comunidades mercantis e a economia política dos estados, todos esses elementos se intersectam um com o outro simultaneamente. Nenhum deles oferece um contexto explicativo *a priori*. Atores refizeram aspectos de cada entidade ao mesmo tempo que se adaptavam a estruturas impostas externamente. Assim, não importa para qual direção rume a história global, pode-se dizer que o problema da definição de “contexto” e qual o significado que ele tinha para os atores do passado persistem.

The inner life of empires, o livro recente de Emma Rothschild (2011), abre caminho para uma maneira alternativa e complementar de pensar como integrar a micro-história com a história global. Se comparado com o exercício que eu propus e sumariei acima, o livro também providencia uma solução para a disjunção – notada por alguns – entre os dois ramos da micro-história italiana: um focado nos fenômenos sociais, políticos e econômicos; o outro concernente a processos culturais e intelectuais.²⁷ Como faz a maioria dos trabalhos de micro-história com um *penchant* para um alcance global, *The inner life of empires* privilegia encontros culturais cruzados, mas não unicamente. A possibilidade instigante daquilo que Rothschild chama de “um novo tipo de micro-história” é a de “conectar a micro e a macro-histórias pela história das próprias conexões dos indivíduos” (Rothschild, 2011:7). Como focaliza a vida de 11 irmãos nascidos no coração da Escócia entre 1723 e 1739, Rothschild levanta inevitavelmente um conjunto florescente de conexões. As conexões que se dão entre os irmãos e as irmãs Johnson e seus escravos bengaleses de pele escura acusados de infanticídio ocupam espaço considerável, mas não desviam a atenção dada às conexões dos Johnson com escoceses ilustres do naipe de David Hume e Adam Smith, e seus amigos, esposas e associados. Se Rothschild nos lembra que a dificuldade de unir a história das ideias com a história vista de baixo (*history from below*)

²⁷ Conforme é admitido, *The inner life of empires* (Rothschild, 2011) deve ser lido, em primeiro lugar, como o desenvolvimento do livro de Rothschild (2001) *Economic sentiments*, o qual foca as reflexões morais dos teóricos do *laissez faire* do século XVIII.

era “um dilema do século XVIII” (Rothschild, 2011:268), ela também consegue nos persuadir de que “a nova micro-história que conecta vidas” (Rothschild, 2011:279) pode ser uma ferramenta melhor para analisar as mudanças evanescentes, porém revolucionárias, que ocorreram nas arenas públicas e privadas. Não apenas eram as Índias ocidentais e orientais mais entranhadas nas mentes dos bretões do século XVIII do que são nas dos pesquisadores modernos, como a trajetória de indivíduos desconhecidos afetavam e refletiam a emergência de novas ideias e instituições sobre comércio, governo e a condição humana. Para Rothschild, “uma ampla (*large*) micro-história” é necessária para mostrar como as vidas dos Johnson “atravessaram ou transgrediram as distinções entre as diferentes facetas da vida, da política econômica e doméstica do século XVIII” e, portanto, existe a necessidade de se “transgredirem [...] as distinções entre os diferentes tipos de história” (Rothschild, 2011:269) – a história do comércio, dos impérios, da economia política, do Iluminismo, da escravidão, dos sentimentos morais e íntimos.

A inspiração para esse “novo tipo de micro-história” vem do “Manifesto da micro-história” de 1979, de Poni e Ginzburg (Rothschild, 2011:269), cuja inspiração para seguir nomes pessoais por entre múltiplos registros como se seguisse o fio de Ariane, rende, nos dias atuais, frutos ainda mais tenros graças à digitalização de coleções de bibliotecas e de arquivos e à proliferação de *websites* (alguns mais confiáveis que outros), devotados a genealogias familiares. “As novas tecnologias oferecem a possibilidade de um novo caminho para conectar as micro-histórias de indivíduos e famílias com as cenas mais amplas das quais elas fazem parte” (Rothschild, 2011:278). Rothschild, no entanto, sublinha (e não esconde) as lacunas de seus registros. Essas novas tecnologias não resolvem questões sobre a representatividade dos objetos dos estudos de micro-história. De fato, nos períodos de excesso de informação (tanto no século XVIII como no século XXI), nós nos tornamos ainda mais conscientes de como os registros históricos que sobreviveram são incompletos e parciais. Mas, como Rothschild aponta – a exemplo de Revel –, “o aumento da quantidade de informações pode [...] tornar possível uma mudança na quantidade de informações ou na resolução e na amplitude das micro-histórias” (Rothschild, 2011:278), facilitando, portanto, a maneira pela qual podemos integrar a micro e a macro-história.

VIII.

Micro-historiadores italianos vêm sendo comparados a caçadores de trufas em contraste com aqueles historiadores que, como paraquedistas, inspecionam áreas vastas. Mesmo não

interpretando essa imagem como depreciativa para os micro-historiadores, podemos admitir que a micro-história não é apropriada para estudar a mudança no fio do tempo. Ela desencava detalhes que são suficientemente significativos para desestruturar as fundações das grandes narrativas existentes, mas, ao mesmo tempo, tem dificuldade de substituí-las por novas narrativas. Os micro-historiadores funcionam mais como antropólogos do que como sociólogos, uma vez que desvelam conexões ocultas entre aspectos do sistema social e cultural que seriam invisíveis para um macroanalista. E como antropólogos, eles tendem a adotar uma abordagem sincrônica em vez de uma abordagem diacrônica (Sewell Jr., 2005). Ouso argumentar que a abordagem sincrônica pode prover um contrapeso importante ao ritmo acelerado com o qual macro-historiadores procedem a seus relatos de um evento para outro, de um século para outro, de uma civilização para outra. A abordagem micro-histórica pode não apenas contribuir para esmiuçar essa passagem, mas também enriquecer a análise, especialmente em relação a como as comparações são realizadas.

Ginzburg (2005:682) cita Marcel Mauss (1966) para expressar sua convicção de que micro-historiadores podem realizar comparações convincentes: “Um caso singular analisado em profundidade será suficiente para providenciar a base para comparações extensivas”. Poucos estudos empíricos escritos por micro-historiadores italianos assumem expectativas tão amplas, mas o potencial heurístico para comparações está lá. Para retornar ao meu exemplo precedente, quando expostas à luz de grandes esquemas de mudança estrutural no tempo, as diásporas mercantis são frequentemente confinadas a uma fase transitória das economias pré-capitalistas. Mas se submetida à microanálise, cada uma dessas diásporas exhibe suas especificidades em termos de uma composição interna e uma interação com os *outsiders*. Em vez de proclamar a singularidade (*uniqueness*) de cada diáspora, essas especificidades podem fomentar comparações mais acuradas e, como consequência, auxiliar em nossa compreensão do capitalismo comercial em geral. Assim, enquanto a literatura histórica e a sociológica tendem a parear mercadores judeus e armênios dos séculos XVII e XVIII como as epítomes das diásporas mercantis, os estudos de micro-história revelam diferenças importantes entre os dois grupos, as quais, por sua vez, dão conta de diferenças consideráveis em suas respectivas organizações comerciais.²⁸ Em abandonando a ideia de uma prototípica “diáspora mercantil”, ganha-se uma base mais alentada para outras comparações no tempo e no espaço, num momento em que as ciências sociais duras dominam o campo da macroanálise comparativa.

²⁸ Cf. Trivellato (2009; 2011); Aslanian (2011).

Historiadores frequentemente expressam suas frustrações com as simplificações sobre as quais cientistas sociais comparativos constroem unidades de análises ou fazem regressões estatísticas, ainda que poucos se aventurem pelo campo da história comparativa. A comparação de Kenneth Pomeranz a respeito do desenvolvimento econômico da Europa/Inglaterra e Ásia/China no século XVIII pode ser criticada por suas confusas unidades de comparação e pelos dados imprecisos de que dispunha, mas o impacto duradouro de seu estudo se deve à sua tentativa brilhante de integrar as dimensões micro e macro na comparação que estabeleceu (Pomeranz, 2000). Ao proporem uma interpretação divergente, Jean-Laurent Rosenthal e R. Bin Wong também conduziram uma análise econômica comparativa de múltiplas escalas, concluindo que “diferenças na escala política” (Rosenthal e Wong, 2011:x) foram decisivas para o destino da China e da Europa. Talvez não seja coincidência que esses dois estudos, os quais constantemente integram, ao mesmo tempo, micro e macroperspectiva, estejam entre os estudos que buscam com mais empenho reconciliar a paixão dos historiadores por complexidade e o impulso dos economistas por simplificação e previsibilidade (Lamoreaux, 2006).

IX.

A micro-história italiana se espelhou na “grande história” (*big history*), não porque ansiava abarcar 13 bilhões de anos de história humana na Terra, mas porque desejava dizer algo grande sobre a história.²⁹ No mínimo, tinha o objetivo de levantar grandes questões sobre como os sistemas cultural e social emergem e evoluem, assim como questionar os métodos adotados por humanistas e cientistas sociais para interpretá-los. O grau de sucesso que a micro-história alcançou está aberto, obviamente, a debate, mas as aspirações dos precursores italianos foram bem além de apenas contar uma boa história (*story*). Essas aspirações foram o produto de um tempo e de um espaço específicos. A arena histórica e historiográfica atual é naturalmente diferente; de fato, é muito diferente. Espero ter mostrado como algumas dessas questões aventadas pelos micro-historiadores italianos podem, apesar de tudo, fomentar *insights* construtivos para os praticantes da história global. Mesmo observadores simpáticos à causa duvidaram dessa possibilidade. Como parte integrante de sua crítica mordaz dos diferentes tipos

²⁹ A empreitada conhecida como “*big history*” traça a história da humanidade desde as origens do universo (datada de 13 bilhões de anos a partir do Big Bang – uma recapitulação bem-vinda em tempos de criacionismo ressurgente) até o presente, mas é ultimamente projetada também para o futuro. Ou seja, contribui menos para as maneiras pelas quais entendemos o passado, nos lembrando sobretudo de que as sociedades humanas só podem se desenvolver em relação à natureza em um momento em que os recursos naturais estão sendo esgotados a uma velocidade sem precedentes. Ver: Christian (2004); Brown (2007); Spier (2010).

de eurocentrismo que afetaram a maioria dos acadêmicos ocidentais vinculados à história do mundo (*world history*),³⁰ Sanjay Subrahmanyam parece descartar aqueles que “apoiaram com entusiasmo o ponto de vista de que a ‘micro-história’ pode capturar o macrocosmo” (Subrahmanyam, 2005:29). Mas uma leitura de suas aulas proferidas na Menahem Stern de Jerusalém, recentemente publicada, sugere que seu ceticismo pode ter sido direcionado sobretudo à expectativa (*hopefulness*) sobre os encontros interculturais do passado, objetos de vários trabalhos de micro-história global mencionados neste texto, e menos ao valor heurístico das biografias e das macroanálises de textos e fenômenos pertencentes a mais de um lugar e a mais de uma tradição intelectual. Ele diz ser “menos otimista do que [Nathalie Zemon] Davis” e afirma que no início do período moderno “as culturas frequentemente se encontravam em situação de ‘conflito contido’” (Subrahmanyam, 2011:138). Sem enquadrar Subrahmanyam numa caixa a que ele não pertence, nós não podemos deixar de notar que seus estudos parecem compartilhar uma premissa de fundo com os micro-historiadores italianos. Em suas próprias palavras: “generalizações [...] são muito importantes para serem deixadas para generalistas especializados” (Subrahmanyam 1997:742). Além do que, as histórias conectadas que Subrahmanyam defende, embora sem uma discussão explícita sobre a microescala, mostram uma predileção para convergências sincrônicas e comparações de evoluções de longa duração no tempo (Subrahmanyam 1997:742).

Por vezes, a crescente influência da virada histórica (*historical turn*) nas ciências sociais quantitativas parece estreitar, em vez de expandir, o diálogo entre as disciplinas, levando os historiadores a jogar um papel de meros narradores do passado e delegando a interpretação do passado (e, particularmente, dos fenômenos de larga escala) aos cientistas sociais. Historiadores frequentemente assumem esse papel consciente e voluntariamente, quando não de forma desafiadora. Em 1979, Lawrence Stone detectou uma “retomada da narrativa” entre os historiadores e atribuiu-a à crescente “desilusão com o determinismo monocausal, econômico e demográfico, e com as quantificações” (Stone, 1979:13), representado, então, pela escola dos *Annales* na França e pela cliometria (*cliometrics*) na América do Norte. Essa desilusão, por sua vez, animou “um desejo [entre vários historiadores] de tornar seus achados acessíveis, uma vez mais, para um público leigo, porém cultivado, que ansiasse aprender aquilo que as novas e inovadoras questões, dados e métodos tinham revelado, numa prosa livre de jargões” (Stone, 1979:15). Nos anos 1970, os micro-historiadores italianos não estavam menos desiludidos com o determinismo econômico e demográfico, mas reagiram de forma bastante diversa dos

³⁰ Incluindo aqueles que aderiram ao credo dos estudos pós-coloniais, que diz que a escrita científica da história é uma invenção do pós-Iluminismo europeu.

historiadores descritos por Stone. Hoje, passado mais de um quarto de século desses debates, nós ainda podemos ouvir seus ecos. Historiadores globais aumentaram em número e em sofisticação, mas explicações culturalistas e materialistas sobre a ascensão do Ocidente estão longe de estarem extintas. De fato, as macroanálises frequentemente levam a generalizações que, um dia, foram associadas àquele mesmo eurocentrismo global que a história se propôs a desconstruir. Nesse panorama acadêmico, a micro-história não oferece nem a panaceia nem uma teoria unificadora, mas pode prover uma ferramenta (ou, pelo menos, uma mãozinha) a fim de equilibrar abstração e detalhe; a fim de parar para refletir diante de inconsistências aparentes e detectar paralelismos que uma ênfase apressada nos eixos estruturais descartaria injustamente, a fim de pensar criativamente fora da caixa das “civilizações” sobre os modos pelos quais as formas culturais evoluem em relação às estruturas políticas e econômicas. Se para mais nada além, faz parte da agenda futura dos micro-historiadores uma consideração cuidadosa de como justapor as unidades de análise da micro e da macro-história e de como conduzir comparações no espaço e no tempo. Com uma dose considerável de *hubris*,³¹ os micro-historiadores italianos se recusaram a conceder essas questões metodológicas tão atraentes às ciências sociais duras. Podemos retomar seus escritos não para encontrar um denominador comum entre os relatos pessimistas e otimistas sobre a habilidade das pessoas em conviver bem umas com as outras, mas a fim de renovar e encorajar esforços originais para colocar num mesmo cadinho a análise científico-social e narrativa, dessa vez num palco global.

Referências

- ALLEGRA, Luciano. À propos de micro-macro. In: BELLAVITIS, Anna; CROQ, Laurence; MARTINAT, Monica. *Mobilité et transmission dans les sociétés de l'Europe modern*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.
- _____. Ancora a proposito di micro-macro. In: LANARO, Paola. *Microstoria: a vent'anni da L'eredità immateriale*. Milão: Franco Angeli, 2011.
- ANDRADE, Tonio. A Chinese farmer, two black boys, and a warlord: towards a global microhistory. *The Journal of World History*, v. 21, n. 4, 2011.
- ASLANIAN, Sebouh David. *From the Indian ocean to the Mediterranean: the global trade networks of Armenian merchants from New Julfa*. Berkeley, CA: University of California Press, 2011.

³¹ *Hubris* significa um comportamento arrogante, insolente, impetuoso (N. do T.).

- BAILYN, Bernard. *On the teaching and writing of history: responses to a series of questions*. Hanover, NH: University Press of New England, 1994.
- BLUSSÉ, Leonard. *Bitter bonds: a colonial divorce drama of the seventeenth century*. Princeton, NJ: Markus Wienerfs, 2002.
- BROWN, Cynthia Stokes. *Big history: from the Big Bang to the present*. Nova York, NY: New Press, 2007.
- BRUCKER, Gene. *Giovanni and Lusanna: love and marriage in renaissance florence*. Berkeley, CA: University of California Press, 1986.
- CERUTTI, Simona. *Ville et les métiers: naissance d'un langage corporatif (Turin, 17e-18e siècle)*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.
- _____. Microhistory: social relations vs. cultural models? In: CASTRÉN, Anna-Maija; LONKILA, Markku; PELTONEN, Matti (Ed.). *Between sociology and history: essays on microhistory, collective action, and nation-building*. Helsinki: SKS/Finnish Literature Society, 2004.
- CHRISTIAN, David. *Maps of time: an introduction to big history*. Berkeley, CA: University of California Press, 2004.
- COLLEY, Linda. *The ordeal of Elizabeth Marsh: a woman in world history*. Nova York, NY: Harper Collins, 2007.
- CROSSLEY, Pamela Kyle. *What is global history?* Cambridge, MA: Polity Press, 2008.
- CURTIN, Philip D. *Cross-cultural trade in world history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Society and culture in early modern France: eight essays*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1975.
- _____. *The return of Martin Guerre*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.
- _____. *Fiction in the archives: pardon tales and their tellers in sixteenth-century France*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.
- _____. *Women on the margins: three seventeenth-century lives*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995
- _____. *Trickster travels: a sixteenth-century muslim between worlds*. Nova York, NY: Hill and Wang, 2006.
- DIAMOND, Jared. *Guns, germs and steel: the fates of human societies*. Nova York, NY: Norton, 1997.
- EGMOND, Florike; MASON, Peter. *The mammoth and the mouse: microhistory and morphology*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1997.

- FINN, Margot. Anglo-Indian lives in the later eighteenth and early nineteenth century. *Journal for Eighteenth-Century Studies*, v. 33, n. 1, p. 49-65, 2010.
- GARCÍA-ARENAL, Mercedes; WIEGERS, Gerard. *Entre el Islam y occidente: vida de Samuel Pallache, judío de Fez*. Madrid: Siglo XXI de España, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *I benandanti: stregoneria e culti agrari tra Cinquecento e Seicento*. Turim: Einaudi, 1966.
- _____. *Il formaggio e i vermi: il cosmo di un mugnaio del '500*. Turim: Einaudi, 1976.
- GINZBURG, Carlo. Prove e possibilità: in margine a Il ritorno di Martin Guerre di Natalie Zemon Davis. In: DAVIS, Natalie Zemon. *Il ritorno di Martin Guerre: un caso di doppia identità nella Francia del Cinquecento*. Turim: Einaudi, 1984.
- _____. *Miti emblematici: morfologia e storia*. Turim: Einaudi, 1986.
- _____. *Clues, myths, and the historical method*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1989a.
- _____. Clues: roots of an evidential paradigm. In: _____. *Clues, myths and the historical method*. Trad. John Tedeschi e Anne C. Tedeschi. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1989b.
- _____. *Storia notturna: una decifrazione del sabba*. Turim: Einaudi, 1989c.
- _____. Microhistory: two or three things that I know about it. *Critical Inquiry*, v. 20, n. 1, 1993.
- _____. *History, rhetoric, and proof*. Hanover, NH: University Press of New England, 1999.
- _____. *Rapporti di forza: storia, retorica, prova*. Milão: Feltrinelli, 2000.
- _____. Latitude, slaves, and bible: an experiment in microhistory. *Critical Inquiry*, v. 31, n. 3, 2005.
- _____; PONI, Carlo. Il nome e il come: scambio ineguale e mercato storiografico. *Quaderni Storici*, n. 40, p. 1-10, 1979.
- _____; PONI, Carlo. The name and the game: unequal exchange and the historical marketplace. In: MUIR, Edward; RUGGIERO, Guido (Ed.). *Sex and gender in historical perspective*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1991.
- _____; PROSPERI, Adriano. *Giochi di pazienza: un seminario sul beneficio di Cristo*. Turim: Einaudi, 1975.
- GRAFTON, Anthony. History's postmodern fates. *Daedalus*, v. 135, n. 2, p. 62, 2006.
- GREENBLATT, Stephen J. *Learning to curse: essays in early modern culture*. Nova York, NY: Routledge, 1990.
- GRENDI, Edoardo. Micro-analisi e storia sociale. Trad. Francesca Trivellato. *Quaderni storici*, v. 12, n. 35, p. 506-520, 1977.

- _____. Ripensare la microstoria?. *Quaderni storici*, v. 29, n. 86, p. 539-549, 1994.
- _____. *In altri termini: etnografia e storia di una società di antico regime*. Milão: Feltrinelli, 2004.
- GRIBAUDI, Maurizio. *Mondo operaio e mito operaio: spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento*. Turim: Einaudi, 1987.
- _____. Échelle, pertinence, configuration. In: REVEL, Jacques (Ed.). *Jeux d'échelles: La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard-Le Seuil, 1996.
- GRUZINSKI, Serge. *Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialisation*. Paris: La Martinière, 2004.
- HARMS, Robert. *Diligent: a voyage through the worlds of the slave trade*. Nova York, NY: Basic Books, 2002.
- ISRAEL, Jonathan I. *Diasporas within a diaspora: jews, crypto-jews, and the world of maritime empires (1540-1740)*. Boston, MA: Brill, 2002.
- KUEHN, Thomas. Reading microhistory: the example of Giovanni and Lusanna. *The Journal of Modern History*, v. 61, n. 3, p. 512-534, 1989.
- LACAPRA, Dominick. History, language, and reading: waiting for Crillon. *The American Historical Review*, v. 100, n. 3, 1995.
- LAMOREAUX, Naomi R. Rethinking microhistory: a comment. *Journal of the Early Republic*, n. 26, p. 555-561, 2006.
- LEPORE, Jill. Historians who love too much: reflections on microhistory and biography. *The Journal of American History*, v. 88, n. 1, p. 129-144, 2001.
- LEVI, Giovanni. *L'eredità immateriale: carriera di un esorcista nel Piemonte del Seicento*. Turim: Einaudi, 1985.
- _____. *Inheriting power: the story of an exorcist*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1988.
- _____. Il piccolo, il grande e il piccolo. *Meridiana*, n. 10, p. 211-234, 1990.
- _____. On microhistory. In: BURKE, Peter (Ed.). *New perspectives on historical writing*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1992.
- _____. Intervista a Giovanni Levi. In: LANARO, Paola (Ed.). *Microstoria: a vent'anni da L'eredità immateriale; saggi in onore di Giovanni Levi*. Milão: Franco Angeli, 2011.
- LORIGA, Sabina. *Soldats: un laboratoire disciplinaire; l'armée piémontaise au XVIIIe siècle*. Paris: Mentha, 1991.
- _____. *Petit X: de la biographie à l'histoire*. Paris: Seuil, 2010.

- _____. Negli interstizi della storia. In: LANARO, Paola (Ed.). *Microstoria: a vent'anni da L'eredità immateriale*; saggi in onore di Giovanni Levi. Milão: Franco Angeli, 2011.
- MARCOCCI, Giuseppe. Review of Vidal. *Storica*, n. 33, p. 173-185, 2005.
- MAUSS, Marcel. Essai sur les variations saisonnières des sociétés eskimos: étude de morphologie sociale. In: _____. *Sociologie et anthropologie*. 3. ed. Paris: PUF, 1966.
- MCNEILL, John; MCNEILL, W. H. *The human web: a bird's-eye view of world history*. Nova York, NY: Norton, 2003.
- MCNEILL, William H. *The rise of the West: a history of the human community*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1963.
- MOLHO, Anthony. Review of Brucker (1986). *Renaissance Quarterly*, v. 40, n. 1, p. 96-100, 1987.
- MUIR, Edward. *Mad blood stirring: vendetta and factions in Friuli during the Renaissance*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1993.
- _____; RUGGIERO, Guido (Ed.). *Sex and gender in historical perspective*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1990.
- _____; _____. (Ed.). *Microhistory and the lost people of Europe*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1991.
- _____; RUGGIERO, Guido (Ed.). *History from crime*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1994.
- O'BRIEN, Patrick K. Historiographical traditions and modern imperatives for the restoration of global history. *The Journal of Global History*, n. 1, p. 3-40, 2006.
- OGBORN, Miles. *Global lives: Britain and the world, 1550-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: Europe, China, and the making of the modern world economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.
- REVEL, Jacques. Histoire au ras du sol. In: LEVI, Giovanni. *Le pouvoir au village: histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1989.
- _____. Microanalysis and the construction of the social. In: _____.; HUNT, Lynn (Ed.). *Histories: French constructions of the past; postwar french thought*. Nova York, NY: The New Press, 1995.
- _____. Micro-analyse et construction du social. In: _____. (Ed.). *Jeux d'échelles: la microanalyse à l'expérience*. Paris: Gallimard-Le Seuil, 1996a.
- _____. (Ed.). *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard-Le Seuil, 1996b.

- ROSENTHAL, Jean-Laurent; WONG, R. Bin. *Before and beyond divergence: the politics of economic change in China and Europe*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- ROTHSCHILD, Emma. *Economic sentiments: Adam Smith, Condorcet, and the Enlightenment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.
- _____. *The inner life of empires: an eighteenth-century story*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011.
- SEWELL JR., William H. *The logics of history: social theory and social transformation*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2005.
- SPARKS, Randy J. *The two princes of Calabar: an eighteenth-century atlantic odyssey*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.
- SPEENCE, Jonathan. *The question of Hu*. Nova York, NY: Vintage Books, 1988.
- SPIER, Fried. *Big history and the future of humanity*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2010.
- STEIN, Sarah Abrevaya. *Plumes: ostrich feathers, jews, and a lost world of global commerce*. New Haven, CT: Yale University Press, 2008.
- STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflections on a new old history. *Past & Present*, n. 85, 1979.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected history: notes toward a reconfiguration of early modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 742, 1997.
- _____. On world historians in the sixteenth century. *Representations*, n. 91, p. 29, 2005.
- _____. *Three ways to be alien: travails and encounters in the early modern world*. Waltham, MA: Brandeis University Press, 2011.
- TOYNBEE, Arnold J. *A study of history*. Londres: Oxford University Press, 1935-1961. 12 v.
- TRIVELLATO, Francesca. *The familiarity of strangers: the sephardic diaspora, Livorno, and cross-cultural trade in the early modern period*. New Haven, CT: Yale University Press, 2009.
- _____. Marriage, commercial capital, and business agency: sephardic (and Armenian) trans-regional families in the seventeenth – and eighteenth – century mediterranean. In: JOHNSON, Christopher (Ed.) et al. *Trans-regional and transnational families in Europe and beyond: experiences since the middle ages*. Nova York, NY: Berghahn Books, 2011.
- ULRICH, Laurel Thatcher. *A midwife's tale: the life of Martha Ballard based on her diary, 1785-1812*. Nova York, NY: Knopf, 1990.
- VALENSI, Lucette. *Mardochée Naggiar: enquête sur un inconnu*. Paris: Stock, 2008.
- VIDAL, Laurent. *Mazagão: la ville qui traversa l'Atlantique*. Paris: Aubier- lammarion, 2005.

- WALLERSTEIN, Immanuel M. *The modern world-system*. Nova York, NY: Academic Press, 1974-1989. 3 v.
- WILLS JR., John E. *1688: a global history*. Nova York, NY: Norton, 2001.
- WOLF, Eric R. *Europe and the people without history*. Berkeley, CA: University of California Press, 1982.
- YERXA, Donald A. Introduction: history on a large scale. In: _____. (Ed.). *Recent themes in world history and the history of the West: historians in conversation*. Columbia, SC: University of South Carolina Press, 2009.
- ZEUSKE, Michael. *Sklaven und sklaverei in den welten des Atlantiks, 1400-1940: umrisse, anfänge, akteure, vergleichsfelder und bibliografien*. Münster: LIT Verlag, 2006.

10 Processos criminais e micro-história: direito, grupos populares e a Justiça Criminal em Minas Gerais – Brasil (1854-1941)

*Deivy Ferreira Carneiro**

I.

Na noite de 17 de novembro de 1881, por volta das 21 horas, Fortunato Lopes da Silva apareceu na casa de negócios José do Couto Martins, situada na rua Halfeld, centro da cidade, para cobrar-lhe a quantia de um conto de réis, a qual havia lhe emprestado alguns meses antes. Os dois começaram a conversar no interior da loja e, minutos depois, desprovido da quantia cobrada, José pediu a Fortunato que lhe perdoasse o valor total da dívida. Irado com o pedido e não satisfeito com as explicações oferecidas, Fortunato rompeu em palavras insultuosas, chamando José de “*velhaco, bandido, ordinário, ladrão e atrevido*”, palavras essas que, segundo vítima, eram “*ofensivas à sua dignidade e honradez*”.¹ Indignado com as ofensas recebidas, o negociante procurou o delegado de polícia e, com a denúncia escrita com a ajuda de seu advogado, abriu um processo criminal de calúnia contra Fortunato, com base nos artigos 236, 237 e 238 do Código Criminal de 1830. Julgado à revelia, o réu foi condenado a dois meses de prisão e multa. De acordo com José, Fortunato não tinha o direito de ofendê-lo. Se acreditasse que os termos da discussão eram injustos, deveria discutir a questão na Justiça, e não o injuriar.

Tomado por si mesmo, esse episódio pode ser visto como tendo pouca significância ou como sendo nada mais que curiosidades linguísticas. Todavia, esse exemplo fornece elementos para algumas reflexões importantes. Como demonstrou Peter Moogk (1979:526), os insultos podem ser tomados como a definição inversa das características essenciais aos homens e mulheres respeitáveis ou como os elementos explicitadores dos tabus de determinada sociedade. Os insultos verbais também podem ser vistos como definições negativas das virtudes que revelam os conflitos internos de uma sociedade (Castan, 1974:42).

Dessa maneira, meu objetivo neste texto é discutir algumas conclusões de uma pesquisa realizada ao longo de quatro anos (Carneiro, 2019), na qual examinei a relação mantida entre a

*Agradeço a Angelo Torre, a Simona Cerutti e a Érico Saad Campos pela interlocução.

¹ Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora (AHCJF). Processos de Calúnia e Injúria, cx. 55, série 20, 18/11/1881, p. 2.

população subalterna e a Justiça Criminal de Juiz de Fora, cidade do interior de Minas Gerais, quarto maior estado do Brasil.

Situada na Zona da Mata, Juiz de Fora concentrou em seus domínios, a partir da segunda metade do século XIX, uma dinâmica economia cafeeicultora sustentada pela grande propriedade escravista, estando seu desenvolvimento relacionado diretamente com o bem-estar da produção das rubiáceas (Pires, 1993:passim). Com os excedentes econômicos gerados pelo café, desenvolveram-se na região melhorias de caráter estrutural – telefone (1883), telégrafo (1884), água encanada e sistema de esgoto (1885), iluminação elétrica pública (1889) e setor bancário organizado (década de 1880) – que possibilitaram uma rápida urbanização e industrialização da cidade. Todavia, a modernização do espaço urbano foi assim acompanhada por um total descaso das elites política e econômica em relação à condição dos trabalhadores e dos mais pobres. A modernidade para uns significou o aumento das dificuldades para outros. É inevitável termos em mente a existência de várias “cidades” dentro de uma cidade.

Na perspectiva adotada em meu trabalho, uma microanálise escrita a partir dos registros e processos criminais,² busquei realizar uma leitura a contrapelo das fontes e seguir de perto os argumentos e conclusões estabelecidos por Simona Cerutti (2003; 2008) em duas de suas pesquisas. Segundo ela, os comportamentos registrados nas fontes não poderiam ser interpretados como expressões da estrutura social. Essas ações não eram reveladoras de determinações objetivas, mas exprimiam, pelo contrário, reivindicações, intenções e proposições. Essas diferentes ações eram reivindicações ativas de direitos e de demandas por legitimação desses direitos. Por meio dos atos notariais de registros de possíveis crimes, observamos, na verdade, uma certificação de um *status* social de fato, ou pelo menos, sua indicação. Assim, mais que registros de um crime tipificado no Código Penal, analisamos reivindicações, por parte do ofendido, de que sua honra e seu *status* social fosse respeitado e, dessa maneira, legitimado de acordo com as regras aceitáveis de justiça. Esse fato, como veremos neste texto, cria outro contexto de análise: um contexto êmico.

Influenciado por essas reflexões, observei a possibilidade real de os indivíduos contornarem a lei e o sistema; de manipularem os ditames legais e, assim, operarem nos interstícios dos vários sistemas normativos e recorrerem a um determinado sistema ao invés de outro, de acordo com sua conveniência (Ago, 2004:46).

² Os processos criminais produzidos pelo Judiciário da cidade em questão encontram-se alocados no Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora (AHCJF), formando o Fundo “Benjamim Colucci”. Dos processos desse fundo, analisamos principalmente aqueles relativos a crimes contra a segurança da honra – calúnia e injúria – existindo 190 processos para o período de 1854-1890 e 104 para o período de 1890-1941.

É preciso ressaltar, na perspectiva que adotamos, que o direito constitui uma gramática contextual amplamente partilhada pelos homens e mulheres das mais variadas sociedades (Cerutti, 2008:157). E esse parâmetro é fundamental para pensarmos a questão jurídica e criminal na perspectiva da micro-história. Não somente os trabalhos de Cerutti, mas muitos outros,³ nos revelaram que devemos explorar o sistema normativo formalizado em sua utilização contextual, em sua utilização “local”.⁴

Por fim, a análise dos processos criminais me permitiu reconstruir os modos pelos quais os homens e mulheres praticavam e exprimiam sua realidade: percebi assim como pequenos fatos aparentemente irrelevantes podem estar cheios de significados históricos complexos (Levi, 2017:180).

II.

A maneira mais comum de insultar alguém é xingando-o. Dessa forma, os epítetos usados variavam em sua riqueza e diversidade, mas concentravam-se em dois temas principais – aqueles que seguramente teriam efeito máximo nas condições do contexto em questão: o primeiro era referente a conflitos em negociações e em casos de suspeita de atividades ilegais, principalmente entre homens, denotando um total de 72% dos casos pesquisados. O segundo tema era o sexual, referente a 19% dos processos analisados, empregando temas que insinuavam promiscuidade sexual, prostituição e passividade masculina com relação às atitudes da mulher.⁵ Devido ao espaço restrito do texto, abordarei apenas o primeiro dos dois temas (Carneiro, 2018:33-66).

Em novembro de 1917, o mercador de gado Armando de Abreu se encontrou com Raphael Magaldi Sobrinho no “Café Dia e Noite”, na rua Marechal Deodoro, no centro de Juiz de Fora. Naquele momento, Armando cobrou de Raphael a quantia de 15\$000 réis que faltava de um pacote de dinheiro por ele recebido referente à compra de gado.⁶ Raphael, não gostando da cobrança feita em público, ofendeu Armando de “*ladrão, filho da puta*”, na frente de muitas pessoas que estavam no dito café. Horas antes, Raphael havia dado a Armando um pacote em que dizia haver 500\$000 réis. Confiando na palavra daquele, Armando foi para o banco e, ao

³ Entre os artigos que influenciaram a perspectiva adotada neste texto ver, por exemplo: Cavazza (1982); Loriga (1983); Grendi (1987); Ferrante (1983); Cavallo e Cerutti (1980); Cerutti (1995).

⁴ Para mais detalhes de como essas questões foram aplicadas, ver Carneiro (2019)

⁵ Entre os epítetos encontrados que fazem referência à promiscuidade sexual e à passividade masculina, temos: *puta, safada, corno, cadela, puta velha, puta que o pariu, cabra, vaca, prostituta, égua, vadia, filho de uma cadela, puta safada de rua e meretriz.*

⁶ Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora (AHCJF). Processos de Calúnia e Injúria, ex. 169, série 29, 17/12/1917, *passim*.

contar o dinheiro, na ausência de Raphael, viu que faltava a quantia acima citada. Rapidamente Armando voltou ao café e, cobrando a parte que faltava, foi ofendido por Raphael que afirmou ter pago toda a quantia e que fora o próprio Armando quem retirara a reclamada quantia do saco em sua ausência. Como os testemunhos foram contraditórios, já que uns afirmaram ter ouvido as ofensas e outros afirmaram ter Raphael pago a dívida assim que cobrada, este foi absolvido no processo criminal de calúnia e injúria aberto por Armando.

Por mais que a rede comercial em Juiz de Fora tivesse padrões consideráveis (Carneiro, 2019, cap. 1), os ditames das transações, principalmente no pequeno varejo, não traziam muita segurança para os envolvidos, revelando que o crédito face a face, que subsistiu durante o período em análise, existiu como um verdadeiro problema, do ponto de vista jurídico e social.

Palavras como crédito e risco são facilmente associadas ao comércio e inseridas na vida cotidiana das pessoas engajadas nessa atividade. Além desses dois, temos o conceito de honra. Esse é geralmente utilizado, principalmente pela antropologia dedicada à sociedade mediterrânea, para definir questões de identidade e de reputação sexual.⁷ Mas, nesse caso, a honra no comércio funcionaria mais como um antídoto ao risco, auxiliando na diminuição do amadorismo e na diminuição da aventura das negociações, moldando a dinâmica e a identidade dos comerciantes e de parte da população de Juiz de Fora.

O grande problema na questão do crédito é o risco, que se torna maior com a ausência de instituições financeiras que certifiquem o retorno da aplicação garantindo mais segurança aos negócios com base no crédito (Smail, 2005:439). As fontes sugerem que os atores envolvidos no comércio entendiam os riscos de seus negócios e compreendiam suas obrigações em termos da linguagem da honra. Assim, a questão do crédito e do seu risco inerente perpassava a questão da linguagem da honra para que se operasse uma minimização do risco desse tipo de operação, visto que era um mecanismo essencial que facilitava as trocas de mercadorias.

Observei, principalmente no registro das testemunhas dos processos de calúnia e injúria, que os acordos eram, em sua maioria, acertados verbalmente, sendo a palavra dos envolvidos a maior garantia. Para se conseguir crédito, era fundamental a construção de uma rede de confiança mútua, ou seja, a honra e o valor da palavra firmada dos envolvidos era o principal elemento de certificação de suas práticas comerciais em uma cidade cujo primeiro banco foi fundado apenas em 1889, mesmo ano da fundação do primeiro cartório de notas. Assim, os clientes, por meio do *fiado* (termo popular para indicar a compra a prazo pautada na confiança), ganhavam prazo para pagar suas dívidas, e os pequenos comerciantes locais tentavam

⁷ A esse respeito, ver Pitt-Rivers (s.d., passim).

minimizar as chances de calotes. Contudo, essa relação de confiança era testada em cada transação, devido ao simples fato de as bases dessas relações serem frágeis. Em outras palavras, um dos meios encontrado de minimizar o risco inerente ao crédito era lidar com indivíduos que poderiam ser considerados dignos de confiança. Fundamentava-se então uma rede de crédito baseada na reputação dos indivíduos. Nesse sentido, não foi sem propósito que os epítetos proferidos com maior frequência nos processos também se referissem a essas questões: “ladrão”, por exemplo, o termo mais comum, aparece 139 vezes.

Se examinarmos mais de perto o relacionamento dos participantes dos crimes de injúrias verbais, com a precisão permitida pelas fontes, surgem alguns padrões. A grande maioria das ofensas foi trocada entre pessoas que se conheciam, frequentemente entre vizinhos, colegas de trabalho (mais de 45% dos casos); entre indivíduos que mantinham algum tipo de relacionamento comercial ou que possuíam dívidas entre si (cerca de 35% dos casos). Quase sempre pertenciam ao mesmo nível social, e somente em três casos havia posição de dependência entre as partes.

Uma coerência semelhante aparece com relação aos locais nos quais as ofensas foram proferidas. Segundo o relato de vítimas e testemunhas, em mais de 95% dos casos, os epítetos foram usados em exteriores: na rua, em frente à casa de algum dos envolvidos, na porta de botequins e padarias, em via pública e na vizinhança. O público era composto principalmente por vizinhos, colegas de trabalho, família e amigos. A publicidade dos insultos era constantemente enfatizada nas queixas: “e sem o menor motivo, em alta voz, rompeu em injúrias contra o queixoso, dando-lhe o epíteto de ladrão, palavra a que se referiu duas ou três vezes, e que tudo foi ouvido por pessoas que passavam por ali”.⁸ Além disso, em algumas vezes eram repetidos em voz alta, com o claro intuito de informar à comunidade acerca do ocorrido, como fica claro nos trechos acima citados.

Os dados examinados mostram que as relações sociais mais relevantes encontradas nos processos se davam entre vizinhos e colegas de trabalho, envolvendo principalmente negócios. O próprio fato de a maioria das pequenas negociações ocorrerem entre vizinhos nos revela um dos mecanismos mais usados para minimizar os riscos no fornecimento de crédito: fornecê-lo para pessoas muito conhecidas, com as quais se manteria relações quase diárias, aumentando assim as possibilidades de a palavra dada ser cumprida. E, obviamente, se assim não o fosse, a perda da reputação seria mais relevante, pois se daria no seio da comunidade da qual a vítima fazia parte, podendo, nesses casos específicos, trazer algumas perdas materiais, como a perda

⁸ AHCJF. Processos de Calúnia e Injúria, cx. 52, série 20, 30/11/1876.

do crédito nos estabelecimentos da redondeza e a desconfiança dos vizinhos em estabelecer com ele relações mais profundas.

A documentação analisada não revela ter havido maiores estigmatizações práticas e materiais, mas fica claro que a pessoa perderia muitos aliados e amigos⁹ na dura arte de sobreviver. Esses mesmos documentos nos mostram uma face interessante da Justiça Criminal local: para além de uma instituição repressora, ela foi acionada pela população para estabelecer recursos facilitadores para as ações dos indivíduos. A Justiça era acionada assim, nesses casos, para a manutenção ou reestabelecimento da honra pessoal como valor fundamental para lidar com as incertezas de uma vida de pobreza, cujo crédito dependia do bom nome do pagador. A Justiça era buscada pelas vítimas também para produzir uma certificação do *status* social daquele que era ofendido publicamente de forma injusta e que poderia perder respeito perante seus pares e as possibilidades de compra a prazo no comércio varejista da cidade. Em suma, os sujeitos buscavam um julgamento oficial para certificar, tornar público um direito próprio, seja legal ou mesmo legítimo (Cerutti, 2003).

Foi necessário haver uma complicada teia cercando todos os envolvidos com o comércio numa mesma estrutura que expunha todos à mesma forma de risco. Os valores colocados em jogo tinham de se tornar progressivamente compartilhados, públicos, servindo como guias nas escolhas dos outros. Acreditamos que aquilo que Angelo Torre (2020:81) descreve como práticas fundamentava o significado das ações e gerava um precedente, criando legitimidade para essas ações, definindo o *status* daqueles que as desempenhavam. Além disso, as práticas legitimavam as instituições que as registravam. A transcrição das práticas sociais que permeia documentação histórica aqui analisada, além de sancionar os fins práticos de quem é descrito, se descreve no ato de dizer ou fazer alguma coisa, expressa os fins práticos de quem, registrando tais atos, valida-os e afirma a própria prerrogativa sobre estes.

E em nossa pesquisa, observamos que foi a construção de relacionamentos comerciais baseados na reputação, mediados pela linguagem da honra, o meio encontrado para que esse tipo de prática se institucionalizasse. Os processos analisados mostram claramente que o comerciante frisava sua própria intenção honrada para com os outros e sua expectativa de que os outros deveriam agir da mesma forma com ele, o que revela a importância das concepções culturais sobre o uso coletivo do crédito. E procurar a justiça quando essa forma de interação

⁹ Estudos recentes têm demonstrado que a noção de confiança enquanto sentimento de segurança ou crença no comportamento do outro é essencial para a articulação entre a experiência subjetiva e a organização social. Assim, a confiança torna-se fundamental para a vida em sociedade porque estabelece cooperação em situações de incerteza. Tal confiança pode ser abalada em momentos de questionamento da reputação social de uma das partes. Para mais informações, ver Rezende (2002).

interdependente era quebrada pelo descumprimento dos acordos, seguido de ofensas, devem ser vistas como ações, cujo o objetivo é obter o reconhecimento de sua validade em virtude de uma sua particular relação com os dispositivos de legitimação existentes no contexto ou situação em questão, assumindo um estatuto superior e passando a ser reconhecidas como práticas.

Pode parecer que todo esse discurso fosse mera convenção. Todavia, a leitura das ações em termos de legitimação e de certificação nos permitiu observar como são criadas as regras por meio das próprias ações e como os atos devem ser vistos como inseparáveis das mensagens que são “dadas para compreender” aos espectadores. Em suma, nas controvérsias, as ações dos litigantes são reciprocamente interpretadas como jogadas que, se reconhecidas como legítimas, modificariam as prerrogativas de quem os realizou (Torre, 202:79).

III.

Realizado o exame de algumas práticas populares, observei que a existência de um “remédio” legal – o processo criminal – para mediar esse tipo de conflito colocava alguma pressão sobre a vítima para fazer uso desse mecanismo. Assim, tão logo a abertura do processo foi compreendida como uma consequência possível de um conflito envolvendo calúnias e/ou injúrias, essa percepção influenciou cada vez mais a abertura de novos processos, evidenciando assim a possibilidade de um uso pragmático bem como certificatório da instituição penal. Na medida em que mais processos eram abertos, estes reforçavam essa própria percepção, que novamente atuava numa procura maior pela Justiça. Essa afirmação se torna evidente quando analisamos os números de casos em cada região da cidade. A pressão sobre o autor para abrir um processo dependia, em parte, da frequência dos casos na comunidade na qual ele vivia. Analisando os locais em que ocorreram os conflitos, percebi que a incidência de alguns casos numa dada localidade fazia com que, na década seguinte, a abertura de processos aumentasse nessa região.

Na década de 1850, por exemplo, a maior parte das querelas ocorreu nas ruas centrais da cidade, no bairro de São Mateus e nos distritos de Chapéu d’Uvas, Simão Pereira e Rio Preto. Na década seguinte, surgiram novos casos em outros locais, contudo, as ruas do centro urbano e os distritos citados foram responsáveis por 62,3% dos processos abertos. Esse padrão segue por todo período: os casos surgidos numa localidade aumentam consideravelmente na década seguinte. Durante o período estudado, as querelas ocorridas nas ruas centrais da cidade, em São Mateus e nos distritos de Chapéu d’Uvas, Simão Pereira e Rio Preto foram as que mais originaram aberturas de processos no município. Essa frequência explica, em parte, a

quantidade de casos num lugar e a inexistência em outros, ou seja, as práticas da comunidade gerando elementos para resolução de conflitos e para aprimoramento das possibilidades de previsibilidade cotidiana, assim aumentando a segurança das relações de trabalho, de vizinhança, de lazer etc.¹⁰

Além da existência de um remédio legal, uma questão importante e que pode revelar a real possibilidade de acesso da população à Justiça nos casos de crimes contra a honra é o custo total de um processo de calúnia ou injúria. Além das altas despesas com o juiz, com os advogados, com o escrivão e com o oficial de justiça, outros elementos se somavam até que o custo final fosse fixado. Estes eram então formados pelos gastos associados ao juramento do queixoso, ao despacho da pronúncia, alterações no processo, certidões; aos possíveis termos de desistência e à conclusão. Além desses, havia os custos com a autuação, com o auto de qualificação, com o depoimento das testemunhas, com o interrogatório e com os selos. Tudo isto somado gerava o custo final de um processo de calúnia e injúria.

Contudo, a maior parte dos gastos era feita com a contratação de um advogado. Em todos os processos analisados, o valor pago aos advogados ficava em torno de 50 a 60% do valor total de um processo. Outro fator que definia o custo com o advogado era se este era um advogado renomado ou se era um simples rábula, sem formação acadêmica. Um advogado como Benjamim Colucci, um dos mais famosos na cidade durante o período republicano, poderia receber até quatro vezes mais que um advogado sem formação em curso de direito. E é claro que a contratação de um bom advogado, seja do ponto de vista técnico ou social, era um dos artifícios adotados pelas partes para saírem vitoriosas dos processos.

A partir dos documentos disponíveis, encontramos pouquíssimas informações sobre a formação dos advogados locais. A grande maioria era provisionada. Entre aqueles em relação aos quais conseguimos informações, somente 24 eram bacharéis em direito formados em sua maioria no Curso de Direito da Escola Paulista de São Francisco. Só para se ter uma ideia do perfil dos advogados locais que aparecem nos processos criminais de calúnia e injúria, dos seis sobre os quais consegui informações para a década de 1850, todos eram membros da elite local, sendo vereadores e também cafeicultores. Além disso, um deles acabou sendo agraciado com o título de visconde de Itatiaia. Já na década de 1860, quase todos foram vereadores ou suplentes; um deles foi conselheiro do Império e presidente do Banco Territorial Mercantil de Minas Gerais (João Pedro Ribeiro Mendes). Nos anos 1870, aparecem os primeiros bacharéis de formação. Metade deles atuaram como vereadores e possuíam fazendas de café. Um deles

¹⁰ Cf. Levi (2000).

foi o barão de São Marcelino (Marcelino de Assis Tostes), que entre outras coisas foi presidente da província do Espírito Santo. Dos advogados que atuaram na década de 1880, 75 % foram vereadores e cafeicultores, e um deles foi deputado provincial (Francisco de Paula Ferreira Costa).

Foi na década de 1890 que atuaram advogados que passaram a fazer parte da elite nacional. Entre eles podemos destacar o republicano histórico, Fernando Lobo, que foi deputado, senador da República e ministro de Estado na década de 1910. Além dele também foi deputado outro republicano histórico, Constantino Paleta. E, por último, o presidente do estado de Minas Gerais entre os anos de 1926-30, Antônio Carlos Ribeiro Andrade. Na década de 1900, os advogados mantiveram o mesmo perfil – membros da elite local, já que todos para os quais conseguimos informações foram vereadores ou suplentes. Já da década de 1910 em diante, os advogados passaram a ser mais profissionais – bacharéis, visto que todos os que tiveram dados analisados até a década de 1940 eram formados em faculdades de direito. Percebe-se também nesse período um afastamento desses advogados de posições de mando político, já que apenas seis foram eleitos como vereadores e cinco como deputados estaduais.

Mesmo podendo escolher legalmente qualquer pessoa para representá-los, como mostramos acima, as vítimas de ofensas verbais optaram por pagar altos honorários a pessoas que, em alguns casos, não tinham formação em direito, mas que possuíam respeito e legitimidade social em Juiz de Fora. Pagar muito dinheiro para certos advogados era um meio de legitimação e tais ações podem ser vistas como mensagens. Enquanto membros de uma elite política, econômica e letrada, advogados e juízes possuíam autoridade cultural na cidade, ou seja, possuíam autoridade para colocar suas definições particulares da realidade e seus juízos de valor como válidos e verdadeiros.

Dito de outro modo, no curso da elaboração de tais processos criminais esses profissionais do direito se utilizavam de ideias e valores vigentes na sociedade, atribuindo significado às “histórias” que eram julgadas nos tribunais. Como suas versões eram aceitas como versões verídicas da realidade, ou seja, como certificavam certos tipos de comportamentos e valores, estes passaram a ser reificados publicamente e passaram a estabelecer “verdades” sobre o mundo social. Nesse sentido, o direito foi, em Juiz de Fora, um agente formador dessa sociedade e também um veículo utilizado para ordenar as relações sociais, sobretudo na esfera comunitária e nos pequenos negócios (Cerutti, 2003).

Outra pergunta é fundamental para compreendermos os fatos que estamos analisando: qual era então o custo total de um processo de calúnia ou injúria? Ele variava em torno de diversos elementos. Por exemplo: um processo em que não havia advogados, já que a vítima e

o réu poderiam ser legalmente seus próprios representantes, o custo era mais baixo, assim como um processo em que havia desistência ou anulação. Já contratar advogados renomados, inquirir muitas testemunhas e apelar em segunda instância ao juiz de direito da comarca questionando o resultado do juiz municipal, encarecia em muito o custo final. O preço final oscilava bruscamente de um processo para outro. Assim, amparados na série documental observada, acionar a justiça custava entre dois e três meses de salários de um trabalhador manual, fosse ele um alfaiate, um sapateiro, um ferreiro, um carpinteiro, um marceneiro ou pedreiro. No caso dos custos mais altos registrados em uma década, esse valor poderia chegar até quatro salários.

Portanto, quais seriam as explicações da motivação que levava pessoas pobres, em sua imensa maioria, a procurar a Justiça durante todo esse período, mesmo com a possibilidade de ter de arcar com altos custos, bem acima de suas condições materiais? A intenção principal do autor na abertura do processo era conseguir uma vitória pública sobre o réu e sua humilhação, no intuito de restaurar sua reputação social. A Justiça era então vislumbrada pela população como uma instância de mediação das relações sociais. Na medida em que arbitrava as disputas, adquiria legitimidade para reafirmar sua noção de ordem e seus pressupostos hierárquicos, principalmente para os indivíduos destituídos de laços e redes de reciprocidade poderosas o suficiente para resolverem suas querelas longe dos tentáculos do Estado.

Devemos nos lembrar de que o fato de ser processado já implicaria transtornos e custos para o réu capazes de refrear e “disciplinar” possíveis ações futuras, sendo assim afirmada a contenção de condutas indesejáveis e, indiretamente, uma apologia à ordem, reconduzindo a vida comunitária a um ritmo desejável. Tal situação agradava tanto o autor do processo, pelas razões já citadas, quanto à Justiça, que afirmava o poder público do Estado por meio da manutenção das relações sociais e da afirmação da necessidade da ordem social. Isso ficou mais claro quando analisei o tempo das penas aplicadas aos réus, que ao meu ver, devido à rapidez em julgá-los, servia como um aspecto disciplinador dos ofensores da honra alheia.

Tabela 1

TEMPO DAS PENAS APLICADAS NOS CRIMES DE CALÚNIA E INJÚRIA (1854-1941)

Tempo das penas	Número de casos	%
Até um mês de prisão	58	32,95%
De três a seis meses	93	52,84%
De seis meses a um ano	25	14,2%

Fonte: AHCJF. Fundo Benjamim Colucci. Processos criminais de Calúnia e Injúria, séries 20 e 29, 1854-1941.

É importante destacar que a busca de restauração da honra na Justiça refletia um aumento das expectativas de ordem frente às querelas postas, fato que acabava sendo benéfico tanto para a população quanto para a Justiça. A população local que fazia uso do direito nas situações analisadas acabava atuando como criadora de certas práticas, principalmente aquelas relacionadas aos negócios, às boas práticas de vizinhança, de trabalho e de lazer.

É importante ressaltar que a maioria dos envolvidos fazia parte da população subalterna – trabalhadores manuais, pequenos e médios negociantes, lavradores, lavadeiras, donas de casa etc. – que entraram em conflito principalmente com pessoas de nível hierárquico semelhante, sobretudo nas ofensas de gênero e de negócios. A exceção encontrada foram os casos envolvendo senhorios e inquilinos, em que os primeiros podem ser considerados de “classe média” e os segundos, de grupos populares. Compreendi também que os conflitos verbais raramente surgiam entre desconhecidos, aparecendo especialmente entre pessoas envolvidas em relações cotidianas, como vizinhos, colegas de trabalho e indivíduos em negociação, revelando indiretamente os motivos dos conflitos.

IV.

Em uma pesquisa recente, o historiador Ivan Vellasco buscou, para o caso de Minas Gerais, correlacionar os dados relativos à ampliação dos poderes de Estado com os dados fornecidos pelas estatísticas criminais, revelando a forma pela qual esses processos estabelecem complementaridade. Ele observou que quase 70% dos conflitos nessa região advinham de crimes resultantes de disputas entre conhecidos e familiares, envolvendo bebida, ciúmes e traições. Nessa pesquisa a Justiça se apresentou, portanto, como uma instância de mediação dos conflitos que surgiam permanentemente entre os que partilhavam um “acordo básico” sobre as normas, conformando um espaço para “o homem pobre e respeitável tornar públicos seus conflitos”. Vellasco notou uma constante crescente na ação do Sistema de Justiça no controle da violência interpessoal, concentrando sua ação ao longo do tempo na contenção dessa violência em níveis não letais. À medida que a Justiça ganhou capacidade em processar e, em alguma medida, vigiar e punir as condutas agressivas, ela exerceu maior controle sobre as condutas, dissuadindo os agressores e conseguindo conter seus efeitos mais drásticos, como o homicídio (Vellasco, 2018).

Em Juiz de Fora, o principal centro econômico de Minas Gerais até a década de 1930, principalmente entre as décadas de 1850 e de 1890, observamos empiricamente o funcionamento dessa faceta mediadora da Justiça. O poder judiciário mostrou-se, em muitos

casos, acessível exatamente aos que necessitavam de proteção e mediação do Estado. Sua função ia, portanto, além de uma mera engrenagem a serviço dos poderosos.

Como mostra a tabela 2, a baixa condenação a partir da década de 1890 levou as vítimas a deixarem de procurar a Justiça quando seu aspecto legitimador e certificador deixou de ser alcançado. Como no Brasil o crime contra a honra era, e ainda é, considerado privado, ou seja, não era o Estado que iniciava esse tipo de processo, os envolvidos não eram obrigados ou coagidos pela Justiça de forma direta; eles negociavam com ela. Essas práticas então se constituíam na maneira pelas quais alguns grupos populares reorganizaram os espaços delimitados pelo Estado. Essas práticas desembocam na politização do cotidiano, como buscamos demonstrar até aqui.

Tabela 2
RESULTADO DOS PROCESSOS POR DÉCADA

Década	Resultado dos processos de calúnia/injúria					Total
	Condenado	Absolvido	Arquivado	Desistência	Anulado	
1850	2 25%	0 0%	2 25%	2 25%	2 25%	8 100%
1860	21 41,2%	9 17,6%	7 13,7%	10 19,6%	4 7,8%	51 100%
1870	31 41,4%	23 30,7%	5 6,6%	11 14,7%	5 6,6%	75 100%
1880	13 24,5%	9 17%	20 37,7%	6 11,3%	5 9,4%	53 100%
1890	1 2,4%	10 23,8%	19 45,2%	9 21,4%	3 7,1%	42 100%
1900	1 8,3%	1 8,3%	3 25%	6 50%	1 8,4%	12 100%
1910	5 25%	5 25%	6 30%	3 15%	1 5%	20 100%
1920	1 5%	3 15%	8 40%	6 30%	2 10%	20 100%
1930	0 0%	3 27,2%	3 27,2%	3 27,2%	2 18,1%	11 100%
1940	0 0%	0 0%	1 50%	1 50%	0 0%	2 100%
Total	75 100%	63 100%	74 100%	57 100%	25 100%	294 100%

Fonte: AHCJF. Processos de Calúnia e Injúria, séries 20 e 29, 1854/1941.

Assim, os dados da tabela revelam que o número de condenações foi relevante durante as décadas de 1860, 1870 e 1880. Esse aumento dos casos de insultos verbais ocorre em um período de crescimento populacional (em parte resultante do fluxo de imigrantes europeus e de migrantes recebidos na cidade durante todo o período em análise) urbano e industrial de Juiz

de Fora, ocorrido principalmente até os anos de 1890. Contudo, a partir da década de 1900, com a consolidação desse processo, a cidade atinge um tamanho mediano; novos bairros são criados e os bairros mais antigos passam a ser cada vez mais habitados por novos moradores, gerando um fluxo constante na vizinhança. Com esse novo quadro, as relações entre os vizinhos se tornam possivelmente mais impessoais devido à constante inserção de novos moradores nas comunidades, ficando difícil a manutenção de regras comunitárias mais coesas, o que fez com que a regulamentação comunitária da honra e da reputação entrasse em declínio.

Em suma: é importante ressaltar que a boa reputação e a honra pessoal foram ferramentas necessárias e fundamentais para aqueles que queriam manter uma forte rede de relacionamentos em seus bairros e vizinhanças. E à medida que o número da população local aumentava devido aos fluxos migratórios e devido à constante mudança de vizinhança, as relações sociais se tornavam mais impessoais, de modo que a necessidade de defender a reputação tendeu a diminuir, bem como a necessidade de defendê-la no tribunal como resultado de ofensas e insultos.

Por fim, observamos um processo de desestruturação das instituições judiciais com o advento da República (1889). A federalização da Justiça acabou transformando-a em um instrumento da política dos governadores dos estados, que passaram a ter controle sobre nomeações e as atrelaram aos intentos de controle eleitoral. O *clientelismo*, base das relações do governo com os municípios, e o autoritarismo, que caracterizaram o período geraram uma instrumentalização da Justiça e sua subordinação a interesses dominantes locais. Observa-se já na primeira década da República o início da incapacidade crescente do Estado em prover justiça e segurança, gerando em Minas Gerais um aumento exponencial da conflitualidade e do recurso à violência pelos cidadãos (Velasco, 2018). A desilusão, a indiferença e a descrença nas instituições daí decorrentes talvez possam explicar a perda de legitimidade e a capacidade de gerar lealdade por parte da população. A ordem republicana e sua Justiça deixaram de seduzir. E talvez, a partir de então, o controle da população tenha progressivamente se limitado tão somente à sua face punitiva.

V.

A redução da escala de análise ao examinar a ação da população e do aparato jurídico em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais nos mostrou que isso não significou um controle social eficaz e um enquadramento dos comportamentos populares em moldes estritos, mas transpareceu que estavam presentes as bases que viabilizaram um acordo implícito sobre

reivindicações. Observamos o direito não apenas como algo que supostamente refletiria a realidade, mas também, e sobretudo, como algo que constrói e reconstrói essa realidade constantemente através de categorias. Percebemos o direito e a Justiça Criminal não como um sistema normativo exterior, mas como um instrumento de classificação social que serviu às pessoas em sua competição cotidiana e que instituiu práticas e visões de mundo, muito além de um sistema punitivo. Da mesma forma que impõem regras, estabelecem recursos facilitadores para as ações dos indivíduos, já que definem as possibilidades de interação e negociação entre os mesmos, ajudando a diminuir as incertezas do viver. Evidentemente que a Justiça Criminal local não funcionou dessa maneira para todos os tipos de crimes ou delitos.

Os crimes contra a honra nos fornecem uma oportunidade ímpar de análise na medida em que nos mostram a relação entre população e Justiça sem a faceta coercitiva do direito, já que era a vítima ou algum representante legal que decidia se procurava ou não a Justiça para ter sua honra reestabelecida frente à comunidade. A documentação analisada diz respeito, evidentemente, a pessoas e situações específicas, mas que pela sua eficácia, pelo menos ao longo de certo período, serviu como certificadora do *status* social e da honra do querelante, seja legitimando a honra pública dos indivíduos em situações de negociação, seja restaurando o *status* de indivíduos que processavam seus senhorios que aumentavam legalmente os preços dos aluguéis em um período de grande inflação, ato esse, entretanto, que não possuía legitimidade entre os locatários subalternos. Nesse sentido, o direito deve ser visto aqui como algo estruturante de práticas e valores sociais.

Referências

- AGO, Renata. From the archives to the library and back: culture and microhistory. In: CASTRÉN, A. M.; LONKILA, M; PELTONEN, M. (Ed.). *Between sociology and history: essays on microhistory, collective action, and nation-building*. Helsinki: SKS, 2004.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. Micro-história, história do crime e da Justiça criminal: um diálogo possível e desejado. In: VENDRAME, Maíra; MAUCH, Cláudia. *Crime e Justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 33-66.
- _____. *Uma justiça que seduz?* Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941). São Paulo: Paco, 2019.
- CASTAN, Yves. *Honnêté et relations sociales en Languedoc, 1715-1780*. Paris: Plon, 1974.
- CAVALLO, Sandra; CERUTTI, Simona. Onore femminile e controllo sociale della riproduzione in Piemonte tra Sei e Settecento. *Quaderni Storici*, n. 4, p.346-383,1980.

- CAVAZZA, Silvano. La doppia morte: resurrezione e battesimo in un rito del Seicento. *Quaderni Storici*, n. 50, p. 551-582, 1982.
- CERUTTI, Simona. Giustizia e località a Torino in età moderna: una ricerca in corso. *Quaderni Storici*, n. 89, p. 445-486, 1995.
- _____. *Giustizia somaria: pratiche e ideali di giustizia in una società di Ancien Régime* (Torino, XVIII secolo). Milão: Gian Giacomo Feltrinelli, 2003.
- _____. Histoire pragmatique, ou de la rencontre entre histoire sociale et histoire culturelle. *Tracés*, n. 15, p. 147-168, 2008.
- FERRANTE, Lucia. L'onore ritrovato: donne nella Casa del Soccorso di San Paolo a Bologna (sec. XVI-XVII). *Quaderni Storici*, n. 53, p. 499-528, 1983.
- GRENDI, Edoardo. Falsa monetazione e strutture monetarie degli scambi nella Repubblica di Genova fra Cinque e Seicento. *Quaderni Storici*, n. 66, v. 9, p. 803-837, 1987.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. O pequeno, o grande e o pequeno: entrevista com Giovanni Levi. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 74, 2017.
- LORIGA, Sabina. Un secreto per far morire la persona del re: magia e protezione nel Piemonte del 700. *Quaderni Storici*, n. 53, p. 529-552, 1983.
- MOOGK, Peter N. "Thieving buggers" and "stupid sluts": insults and popular culture in new France. *The William and Mary Quaterly*, v. 36, n. 4, out. 1979.
- PIRES, Anderson J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora: 1870-1930*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J. G. *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.].
- REZENDE, Cláudia Barcellos. *Os significados da amizade: duas visões de pessoa e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2002.
- SMAIL, John. Credit, risk and honor in eighteenth-century commerce. *Journal of British Studies*, n. 44, jul. 2005.
- TORRE, Angelo. A produção histórica de lugar. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história: um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.
- VELLASCO, Ivan. Criminalidade, violência e justiça na Vila de Tamanduá 1830-1929: um experimento de reconstrução de estatísticas criminais do Império à República. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, 2018.

11 Pensando o problema das conexões, do equilíbrio e da complexidade a partir da perspectiva da micro-história*

Maíra Ines Vendrame

No presente capítulo, busca-se mostrar de que maneira a metodologia da micro-história italiana auxiliou no desenvolvimento dos estudos ligados aos movimentos migratórios, bem como de que modo pode ainda contribuir para uma renovação no campo historiográfico das migrações históricas e contemporâneas. Uma perspectiva centrada nas experiências particulares de deslocamento e no papel dos sujeitos nas transferências representa uma possibilidade metodológica bastante interessante para levantar novas questões para pensar o tema da mobilidade transoceânica. A utilização de uma perspectiva de análise que privilegiava a escala local como ponto de partida aparece como uma escolha que tem propiciado avanços no entendimento dos processos migratórios, sejam eles os de curta ou de longa distância.

Sobre a micro-história

A partir da década de 1970, começou a se desenvolver na Itália uma metodologia que se tornou conhecida como *microstoria*. Essa passaria a ter crescente aceitação entre os pesquisadores que, por meio de uma abordagem microanalítica, buscavam compreender as práticas sociais e culturais das sociedades camponesas. Tal perspectiva de análise surgiu enquanto reação à crescente insatisfação por parte de alguns pesquisadores frente às análises estruturais e funcionalistas. O desejo de romper com os modelos explicativos demandava novos métodos para abordar amplos fenômenos históricos.

Assim, por meio da Revista *Quaderni Storici*,¹ teve início uma abertura significativa para a interdisciplinaridade nos estudos históricos. No referido periódico, foi aberto um espaço para serem publicados estudos que propiciaram uma renovação historiográfica, fazendo parte da série definida como *Microstorie*. Esta se apresentava mediante um renovado interesse pela história social em diálogo com a etno-história, a economia e a antropologia. Os métodos e problemas trazidos de outras ciências sociais ajudavam a ampliar as discussões sobre o tema da

* O presente texto é uma versão modificada do artigo originalmente publicado sob o título *Micro-história e história da imigração* (Vendrame, 2018b).

¹ Sobre o nascimento da revista *Quaderni Storici* e as discussões em torno dela na década de 70 do século XX na Itália, ver Lima (2006)

família, comunidade e universo camponês, tendo como preferência o micro, o local e o individual como pontos de partida. Assim, reunidos em torno da revista *Quaderni Storici*, historiadores como Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Carlo Poni passaram a divulgar suas pesquisas.² Em artigo publicado no mencionado periódico, Grendi realizou o que seria o primeiro debate sobre o método microanalítico social, o que viria a ser conhecido posteriormente como a micro-história italiana: os diferentes aspectos que a metodologia permitia acessar e problematizar, a atenção para o documento excepcional como registro revelador de práticas recorrentes e lógicas presentes numa determinada realidade social (Grendi, 1977); uma atenção para a análise das relações interpessoais e vínculos que ligavam indivíduos e grupos, que davam um sentido próprio para as relações entre sujeitos e famílias numa comunidade e espaço geográfico, formando estruturas de dependência, onde aspectos sociais, econômicos e políticos deviam ser levados em conta para entender os sentidos dos comportamentos e as dinâmicas relacionais.

Com relação aos principais expoentes da micro-história italiana, referidos acima, variavam entre uma abordagem mais voltada para questões da história social e econômica, e outra, direcionada mais para o campo da história cultural. O que mais os aproximava era a comum insatisfação frente aos grandes modelos explicativos de análises. Tudo isso somado ao interesse pela reconstituição das experiências individuais e familiares dos camponeses e pessoas comuns, método esse considerado necessário para apreender as compreensões, explicações, racionalidades e comportamentos próprios de um grupo e de uma época (Lima, 2006; Marquiegui, 2016). Edoardo Grendi (1977; 1981) e Giovanni Levi (1985; 2000), interessados na proposição de uma nova história social preocupada com as percepções e articulações específicas da população do campo na Itália do Antigo Regime, passaram a ressaltar a importância de analisar as redes sociais e vínculos interpessoais. O interesse de ambos voltou-se, portanto, para a compreensão das formas agregativas, dinâmicas relacionais e lógicas que orientavam os comportamentos individuais e coletivos, bem como para o funcionamento de certas estruturas sociais.

Sendo assim, umas das principais contribuições dos referidos historiadores foi perceber o papel ativo das populações que habitavam no campo frente às pressões do Estado absolutista e do sistema econômico, analisando as estratégias e recursos acionados pelas famílias nas comunidades. A relação entre essas duas esferas – família e comunidade – e a sociedade mais ampla eram apontadas como fundamentais para o entendimento das mudanças ocorridas no

² A revista *Quaderni Storici*, desde o início dos anos 1980, foi o espaço de debates entre os historiadores italianos fundadores da micro-história. Sobre esse assunto, consultar Lima (2006).

universo rural do período pré-industrial. Edoardo Grendi (1981; 1993; 1996) deu ênfase à esfera local em seus diferentes aspectos e abordagens etnográficas, destacando-se como um grande empirista, uma vez que considerava a história estritamente ancorada na linguagem da fonte primária.³

Nesse sentido, também conferindo importância a abordagens reduzidas, mas não restritas a temas locais, o historiador Carlo Ginzburg passou a utilizar em suas pesquisas o método indiciário e onomástico. Os indícios e sinais pouco frequentes na documentação, bem como a atenção aos documentos excepcionais, passaram a ser destacados como vestígios de problemas de pesquisas mais amplos. Assim, trabalhando com fontes inquisitoriais dos séculos XVI e XVII, Carlo Ginzburg (1988) analisou aspectos da cultura agrária daqueles que caíam nas malhas da Inquisição, interesse esse considerado marginal no ambiente acadêmico das décadas de 50 e 60 do século XX. Ao buscar entender o sentido da palavra *benandanti*⁴, localizada nas fontes primárias, o referido autor adentrou no universo das crenças e cultos próprios de uma cultura camponesa. Orientando-se pela perspectiva do paradigma indiciário,⁵ os detalhes e os indícios encontrados na documentação foram percebidos como sinais que poderiam ser reveladores de práticas sociais e culturais da população rural que eram de longa data e completamente desconhecidas pela cultura erudita da Igreja Católica. Desse modo, os pequenos vestígios do universo agrário estudado foram tomados como aspectos reveladores ou como a chave de leitura para analisar determinados comportamentos.

Já no livro intitulado *O queijo e os vermes*, Carlo Ginzburg (1987), utilizando-se do “método onomástico”,⁶ analisou a trajetória de Domenico Scandela, conhecido como Menocchio. Este, um moleiro que viveu na região do Friuli no século XVI, foi preso pela Santa Inquisição por possuir ideias “extravagantes” a respeito do surgimento do universo e que iam contra os dogmas da Igreja Católica. Por meio das explicações conferidas pelo personagem

³ Uma das principais características dos trabalhos de Edoardo Grendi era a associação entre a pesquisa história empírica e a discussão teórica. Aproximando-se dos debates realizados no campo da antropologia econômica, seus estudos sobre história do trabalho e vida associativa das classes subalternas nas cidades foram sendo influenciados pela perspectiva “a partir de baixo”. A aproximação com outros pesquisadores – Giovanni Levi e Carlo Poni – se deu pelo interesse em analisar as comunidades e o mundo pré-industrial à luz de problemas conectados: relações entre centro e periferia no contexto de constituição do Estado moderno, significados e formas de organização social, demográfica e econômica, protagonismo local e comunidades (Lima, 2006).

⁴ O termo *benandanti* era a denominação para aqueles indivíduos que haviam nascido envoltos pela película amniótica, motivo pelo qual deviam ter poderes sobrenaturais, cabendo a eles a tarefa de proteger os povoados e as plantações. Essa crença era muito difundida nos séculos XVI e XVII entre as populações camponesas da região do Friul, nordeste da península itálica. Através do processo movido pela Santa Inquisição, os *benandanti* foram considerados feiticeiros, conforme constatou Carlo Ginzburg (1988) no livro *Os andarilhos do bem*.

⁵ Sobre o método ou paradigma indiciário defendido e utilizado por Carlo Ginzburg, ver Ginzburg (1987; 2007; 2011).

⁶ O método onomástico é um procedimento de pesquisa que se inspirava na demografia histórica, estando ligada à documentação serial que poderia ser paroquial ou notarial (Ginzburg, 1989b).

estudado, Ginzburg procurou compreender aspectos como a circularidade entre a baixa e a alta culturas no contexto da contrarreforma e da difusão da imprensa. Os aspectos metodológicos presentes utilizados nas pesquisas descritas acima influenciaram o desenvolvimento de estudos em diversas áreas temáticas, sendo os mesmos ainda válidos enquanto caminhos que ajudam acessar contextos e problemas que não são identificados por meio de análises sob outras perspectivas.

As contribuições dos pais fundadores da micro-história italiana⁷ influenciaram a produção historiográfica na Europa e, em seguida, os estudos históricos na América Latina. Em relação ao Brasil, tal influência pode ser percebida até o presente momento, uma vez que as contribuições da referida corrente historiográfica continuam a inspirar pesquisas nos mais diversos campos temáticos da história. As sugestões teóricas e metodológicas de três dos principais expoentes da microanálise, Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, seguem inspirando muitas pesquisas desenvolvidas nos principais centros acadêmicos do país. Em relação às ideias de Levi, esse defende a utilização da micro-história enquanto método que permite acessar complexidade e heterogeneidade dos diferentes processos e realidades. Nesse sentido, destaca também a opção por pensar a história social conectada a diferentes aspectos, sejam eles econômicos, políticos ou culturais, independentemente do tema da pesquisa. Para tanto, muitos ainda utilizam o livro *A herança imaterial* (Levi, 2000) para desenvolverem seus trabalhos.

Giovanni Levi escolhe seguir a trajetória de um “tosco” padre de aldeia como objeto da narrativa e também como justificativa para a reconstituição do ambiente social e cultural de um *villaggio piemontese* comum do século XVII. Foram, portanto, “as estratégias cotidianas de um fragmento do mundo camponês” que propuseram temas e problemas gerais, pois uma visão mais ampla e de fora não os tornaria visíveis. Foi o cotidiano e as reações de pessoas comuns que Giovanni Levi (2000:43-47) procurou mostrar em sua pesquisa, aliás, um universo social que não pode ser visto como imóvel, defensivo e incapaz de se articular e desenvolver iniciativas autônomas frente às transformações gerais de um período. A trajetória do exorcista analisada na obra *A herança imaterial* reflete a totalidade dos elementos que caracterizam uma época, que era aquela do processo de centralização do Estado absolutista. Levi analisou a relação entre comportamento individual e os aspectos que compõem o horizonte social,

⁷ Os considerados pais fundadores da micro-história italiana são: Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Carlo Poni. Sobre a trajetória historiográfica dos mencionados historiadores, seus debates em torno da *Revista Quaderni Storici* e suas contribuições teóricas e metodológicas para a micro-história italiana, Henrique Espada Lima realiza investigação minuciosa e rica em informações. Sobre a questão, ver Lima (2006).

buscando, por meio disso, reconstruir os vínculos, estratégias, expectativas e lógicas que orientavam as mais diversas ações, como aquela existente no mercado da terra. Tudo isso indicou para um aspecto bastante importante, que é a percepção de um universo camponês bastante dinâmico, marcado por movimentações e racionalidades específicas, que buscava estabelecer seus próprios equilíbrios frente a mudanças e instabilidades que representavam ameaças e inseguranças locais.

A ideia de que as comunidades camponesas do Antigo Regime não eram um mundo imóvel e harmônico, marcado pela ausência de mobilidades e conflitos, é algo apresentado nas pesquisas de Giovanni Levi. Isso porque solidariedades, tensões e acordos eram questões que atravessavam as relações no interior dos povoados rurais que eram marcados por constantes divisões, desarmonias e busca por segurança por parte da população. Nesse sentido, a “homogeneidade cultural” se apresentava em momentos de conflitos e contradições, sendo acompanhada pela formação contínua de equilíbrios e harmonias relacionais, essas sujeitas constantemente a “novas rupturas”. As ideias analisadas no livro *A herança imaterial* se tornaram válidas para elaborar questionamentos para compreender o funcionamento de dinâmicas e racionalidades existentes em outras sociedades rurais localizadas em tempos e espaços diferentes.

O tema da família e da economia camponesa, das relações sociais e das migrações circulares e temporárias para os centros urbanos no período dos séculos XVIII e XIX é algo abordado por Giovanni Levi em diversos estudos.⁸ Nesses, irá chamar atenção para a importância de analisar as mobilidades por meio de um olhar atento às características das famílias envolvidas nas migrações de alguns de seus membros e na relação que os que partiam mantinham com o lugar de origem. Para além das questões econômicas, o autor aponta para a necessidade de olhar para as migrações como um movimento complexo, devendo-se atentar para as escolhas no sentido de uma posição social na comunidade de origem, garantir segurança e um equilíbrio entre o número de trabalhadores e consumidores dentro da unidade familiar. Nesse sentido, as análises problematizaram a relação entre quem emigrava e a família, a idade no ciclo reprodutivo e o que obrigava os indivíduos a emigrar. Pensar os movimentos migratórios como diretamente relacionados aos ciclos de vida das famílias e as necessidades em relação à subsistência e à reprodução de acordo com a quantidade de membros eram aspectos fundamentais na estruturação da unidade familiar camponesa (Levi, 1985; 2019b). Os estudos sobre as mobilidades – especialmente as temporárias e circulares – na península itálica,

⁸ Entre os artigos e livros que abordam tais questões, ver Levi (1985; 1989; 1990; 1992; 2000; 2019a; 2019b).

portanto, indicavam para estratégias demográficas, hereditárias e escolhas individuais bastantes precisas de sobrevivência e reprodução das famílias camponesas.⁹ Essas novas perspectivas permitiram que a sociedade tradicional do Antigo Regime não fosse mais percebida como fechada e totalmente opostas às realidades camponesas da Itália industrial. As migrações foram identificadas enquanto estratégias de defesa de um sistema reprodutivo e de possibilidade de mobilidade social, sendo fundamentais na vida da população que resida no campo.

Por meio das ideias apresentadas até aqui, pode-se, então, perceber que a micro-história, enquanto metodologia de análise que se baseia na redução da escala de observação, revolucionou a forma de pensar o mundo camponês, suas práticas e racionalidades. Por meio das práticas historiográficas referidas anteriormente, destaca-se que a perspectiva micro, o estudo de perto e na sua totalidade de eventos, experiências e trajetórias, individuais ou familiares, propiciaram pensar a agência dos sujeitos sobre fenômenos mais amplos, por exemplo, as estratégias familiares através das migrações, bem como as diferentes reações e impactos das mudanças estruturais na vida dos camponeses.

Cadeias e redes migratórias

Os estudos sobre o movimento migratório europeu para a América meridional, com especial atenção para a Argentina, tiveram grande desenvolvimento a partir da década de 80 do século XX. A utilização do conceito de “cadeias migratórias” serviu para que entendêssemos como os camponeses se inteiravam das oportunidades existentes na América, em questões como transporte, empregos e outros auxílios. As cadeias migratórias eram relações que os italianos possuíam com aqueles que já estavam instalados nos locais de destino na América. Nesse sentido, as redes e contatos que uniam os dois lados do Atlântico auxiliavam a organizar as partidas e a escolher os destinos, determinando, nas terras distantes, um padrão de acomodação e ocupação dos recém-chegados.

Cadeia migratória foi um conceito inicialmente utilizado para entender o movimento de imigrantes para a América do Norte. Essa definição, entendida como bastante ampla, incluía aqueles que articulavam as transferências baseados nas informações passadas por amigos e parentes que já estavam nos Estados Unidos (Macdonald e Macdonald, 1964; Devoto, 1988).¹⁰

⁹ Ver Levi (1989:101).

¹⁰ O primeiro estudo a detalhar o funcionamento das cadeias migratórias e a difundir sua utilização entre pesquisadores que pensavam as mobilidades da Europa para a Austrália e os Estados Unidos foi o de John S. MacDonald e Leatrice MacDonald (1964), tendo desenvolvido suas pesquisas na década de 60 do século XX. Posteriormente, outros pesquisadores que analisaram o fenômeno migratório para a América trabalharam com o

Esses historiadores estudavam essas dinâmicas de deslocamento como resposta à crise das explicações macroestruturais sociais e econômicas.

Com a aproximação de abordagens antropológicas, os novos estudos sobre a imigração passaram a se preocupar em entender os deslocamentos de grupos de indivíduos e suas dinâmicas, aproximando-se das pesquisas que tomam o micro como ponto de partida das análises. Acompanhar famílias e agregados de indivíduos aparentados ou não que saíam de uma determinada aldeia para se estabelecer num mesmo local de destino passou a ser uma das perspectivas interessantes para pensar de outra maneira as migrações de curta e longa distâncias, como as transoceânicas. O uso do conceito de cadeias migratórias possibilitou pensar os imigrantes como sujeitos ativos, capazes de formular estratégias de sobrevivência e adaptação visando concretizar projetos individuais e familiares em contextos de mudanças políticas e econômicas. Logo, os locais de partida e os de destino passaram a ser alvos de estudos daqueles que buscavam entender fenômenos de grandes proporções como o das migrações (Devoto, 1988; 1994).

Nesse sentido, por meio de análises mais localizadas, as migrações transoceânicas, que caracterizaram a Itália nas últimas décadas do século XIX, passaram a ser interpretadas dentro de uma “cultura da mobilidade” muito presente no território da península itálica desde o Antigo Regime, propiciando, desse modo, o questionamento do modelo estrutural de atração e expulsão, o *push-pull*.¹¹ As explicações que conferiam força apenas aos fatores econômicos de expulsão da população camponesa frente ao avanço do capitalismo no campo passaram, portanto, a sofrer críticas à medida que outros fatores, esses mais ligados às lógicas e estratégias de reprodução das famílias, começaram a ganhar destaque. Olhar para as características das unidades familiares no momento das migrações foi fundamental para entender que as mobilidades, aquelas que antecederam a grande emigração, faziam parte de estratégias e escolhas fundamentais para a reprodução de um modelo de vida camponesa. Muitas vezes, emigrar temporariamente se apresentava como a única possibilidade para exercer um determinado tipo de trabalho.

Assim, os camponeses passaram a ser percebidos como sujeitos ativos em relação ao fenômeno migratório de curta e longa distâncias, agindo no sentido de fazer valer seus objetivos e estabelecendo “precisas estratégias migratórias” dentro de uma ideia de autonomia e

conceito de cadeia migratória e suas diferentes abordagens: Devoto (1988); Baily (1988); Gandolfo (1988); Ramella (1991; 1995); Corti (1990).

¹¹ Sobre a utilização do conceito de cadeias e a mudança de perspectiva que suplantou os modelos explicativos do *push/pull* nos estudos migratórios para as Américas do Norte e do Sul, ver: Devoto (1988); Baily (1988); Ramella (1995; 2001); Sturino (1988); Marquiegui (2016).

reprodução de características culturais próprias (Ramella, 2003). Assentadas em redes relacionais, os sujeitos e famílias que tencionavam emigrar agiam no sentido de garantir uma transferência segura ao buscar o máximo de informações sobre as possibilidades que poderiam encontrar nos locais de destino. Como ressalta Franco Ramella ao estudar as transferências de italianos para a América do Norte no início do século XX, as relações interpessoais, solidificadas em vínculos parentais e rede de sociabilidades, uniram pessoas de uma mesma comunidade, levando-os a tomar a decisão de partir e se instalar num mesmo lugar no país de recepção. Porém, de acordo com o mesmo autor, o papel das redes, cumplicidades, obrigações existentes entre as pessoas não fez com que as notícias sobre as possibilidades no além-mar se difundissem como “epidemia” e levassem todos a dispor das mesmas vantagens ao partir. A difusão das informações funcionava de forma desigual, respeitando os vínculos, proximidades, regras e obrigações esperadas entre aqueles que se conheciam (Ramella, 1995).

Na busca pela compreensão das dinâmicas migratórias, a utilização de novas fontes e técnicas permitiu aprofundar o entendimento do funcionamento das cadeias e redes, tentando apreender suas racionalidades de funcionamento. Listas de desembarque, registros paroquiais e cartoriais e a documentação das associações de mútuo socorro começaram a ser utilizados em análises quantitativas e qualitativas que buscavam apreender os mecanismos de inserção social nos espaços de acomodação no sul da América.¹² Nesse sentido, o conceito de cadeia foi considerado uma das mais frutíferas técnicas para lançar luz sobre a dinâmica dos movimentos migratórios, sendo seguido pela compreensão de outros mecanismos, como o das redes interpessoais. Ambas as ideias possibilitaram a ligação entre os lugares de origem com os de destino, conectando os dois lados do Atlântico, aspecto esse muito importante para perceber a participação individual e coletiva nos deslocamentos, as expectativas familiares e comunitárias e os aspectos sociais e culturais transplantados da pátria mãe para os novos locais de instalação. Além disso, também foram indispensáveis para pensar, especialmente no caso da imigração italiana para o Novo Mundo, as formas de inserção e construção do patrimônio material e imaterial na sociedade de adoção (Sturino, 1988; Corti, 1990).

As cadeias migratórias ocorriam pela ativação de relações sociais primárias que garantiam a transferência de pessoas de um mesmo local de origem para outro de destino, centrando-se na conexão entre duas comunidades. Porém as redes e os vínculos que alimentavam os fluxos migratórios necessariamente não ficavam restritos apenas aos limites

¹² Sobre a utilização de novas fontes nos estudos que analisavam mobilidade espacial, redes e inserção social dos imigrantes europeus na Argentina nas últimas décadas do século XIX e início do XX, ver: Berg e Otero (1995); Marquiegui (2016); Da Orden (1995).

territoriais de uma determinada aldeia; eles podiam ser amplos, envolvendo comunidades limítrofes ou mais distantes. As tramas de contato por meio das quais os deslocamentos eram organizados podiam transcender os espaços geográficos, uma vez que os laços parentais e de amizade entre as pessoas funcionavam como os principais constituidores dos canais de conexões entre diferentes locais (Vendrame, 2016a).

Nesse sentido, a coesão entre as famílias extensas foi um aspecto facilitador da emigração, funcionando graças à difusão das informações através dos canais interpessoais. A existência efetiva de um espaço social construído por uma rede, que conectava as comunas, permitiu a diversificação da cadeia migratória, conforme observou Franc Sturino (1988) ao analisar os deslocamentos na zona de Rende, na Itália.

A preocupação com a questão da escala reduzida nos estudos migratórios significou uma importante renovação, o que, somando-se aos conceitos de cadeia e de redes, possibilitou entender serem múltiplas as motivações dos deslocamentos. Já há algumas décadas, essa tem sido a metodologia adotada por pesquisadores que estudam os deslocamentos. No entanto, apesar disso, acredita-se que verticalizar ainda mais a análise, buscando acompanhar as escolhas, expectativas e estratégias individuais ou de grupos desde a pátria de origem até os locais de instalação, se apresenta como uma opção metodológica que pode trazer novos problemas para pensar as migrações, as conexões entre os dois lados do Atlântico, as percepções dos atores sociais e os diferentes mecanismos acionados na constituição das novas vidas no além-mar. Um exemplo de estudo nesse sentido, que busca conectar o mundo de partida com o de chegada dos imigrantes por meio do acompanhamento de trajetórias indivíduos e grupos, problematizando os projetos, expectativas, ações, sucessos e fracassos, pode ser analisado no livro *O poder na Aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Itália)* (Vendrame, 2016a). Nesse sentido, apesar da utilização dos conceitos de redes e cadeias migratórias não ser uma novidade em alguns trabalhos que pensam as dinâmicas de deslocamento dos imigrantes europeus para a América e a inserção social, defende-se que a questão das conexões, interdependências e até das rupturas entre os lugares de saída e os de chegada é algo que merece ser aprofundado. Para isso, destaca-se a utilização da análise de percursos individuais e de grupo como opção metodológica, o que possibilita novas perguntas e percepções em relação às diferentes fases do fenômeno migratório e vida social, cultural e econômica das comunidades fundadas pelos camponeses europeus no território americano.

A análise das cadeias como um movimento entre um lugar de origem e outro de destino, segundo alguns autores, deve considerar as múltiplas dinâmicas e locais envolvidos nesse

processo amplo e complexo (Zucchi apud Devoto, 1988:106). Enquanto uma estratégia de mobilidade, que se soma a outras identificadas nas pesquisas sobre os deslocamentos transatlânticos, o estudo das cadeias migratórias só foi possível, segundo Fernando Devoto (1988:109), graças à inclusão de novas fontes, como os registros dos sócios das sociedades de mútuo socorro.

Pensando as implicações que comportam o uso da noção de cadeias e redes para a compreensão das correntes migratórias para o território argentino, destacam-se os trabalhos de Samuel Baily e de Romolo Gandolfo (Devoto, 1988). Por meio de análises de grupos específicos, o primeiro realizou um estudo articulado do funcionamento das redes sociais informais na conexão entre a sociedade de origem e a receptora. Foram identificados diferentes tipos de cadeias: essas podiam passar pela constituição de mecanismos de assistência interpessoal e espontânea de comunicação e auxílio ou, ainda, pela ajuda de intermediários externos às redes migratórias. Para o estudo das redes sociais e estratégias de deslocamento, além das listas de passageiros, de distribuição dos lotes de terras, registros de naturalização, fontes eclesiais e outras, os documentos pessoais – como diários e cartas trocadas entre os sujeitos que se encontravam nos dois lados do Atlântico –, se apresentam como fontes privilegiadas.¹³

As pesquisas de Fernando Devoto (1988; 1994), Samuel Baily (1988) e Romolo Gandolfo (1988) auxiliaram no entendimento e refinamento da concepção de cadeia migratória para o caso da Argentina. Todos eles compreenderam os diferentes tipos de cadeias migratórias e de ligação entre os locais de origem e de chegada, percebendo que os imigrantes queriam tirar vantagens no campo material tentando formar uma “elite” na sociedade receptora. As famílias que emigraram por meio das cadeias mantinham os apoios, esses iniciados ainda na pátria de origem, bem como buscavam reforçar os vínculos de identificação e coesão interna de grupo, constituindo, por meio dessas dinâmicas, certas hierarquias sociais (Gandolfo, 1988).

Como visto, com a revisão da explicação do *push-pull*, que durante muito tempo dominou os estudos migratórios, passou-se para abordagens que valorizavam os contatos interpessoais e recursos relacionais, servindo para obter informações seguras junto àqueles que já se encontravam no além-mar e garantir uma transferência segura, além de vantagens como terra e trabalho nos locais de instalação. Se o uso de novos conceitos e métodos provocou a renovação

¹³ Sobre a utilização das cartas para a compreensão da imigração italiana para a América nas últimas décadas do século XIX e início do XX, ver: Franzina (1994); Baily (1988); Ramella, (1988); Gibelli (1989); Ciafardo (1991); Croci (2010); Vendrame (2016; 2017a).

dos estudos sobre os movimentos migratórios, tanto para os Estados Unidos como para a América do Sul,¹⁴ no Brasil, porém, essa discussão tardou para acontecer.

Apenas recentemente, por meio do uso da metodologia ligada à micro-história, percebe-se o surgimento de pesquisas voltadas para o entendimento das estratégias familiares de deslocamento e o papel das redes sociais na imigração italiana para o território brasileiro. Seguir as escolhas das famílias e grupos de emigrantes desde a aldeia de origem, buscando entender as motivações que os levaram a emigrar, tem-se mostrado uma das perspectivas mais fecundas (Carvalho, 2009; Pereira, 2008; Vendrame, 2016a; Scott e Bassanezi, 2020). O emprego do conceito de cadeia e rede como instrumento de análise útil para o desenvolvimento das pesquisas no campo da imigração italiana, seguindo tardiamente o que já há muitas décadas ocorreu na Argentina, começou a dar os primeiros passos no Brasil pelo uso intensivo de fontes documentais de origens diversas, como cartas, diários, memórias, listas de distribuição dos lotes de terra e registros paroquiais.

Micro-história e história da imigração

Nesta parte do artigo, discutirei mais especificamente de que modo a metodologia da micro-história pode continuar contribuindo para o avanço dos estudos ligados à imigração europeia para o Brasil do final do século XIX e início do XX. Em 2014, foi realizado o primeiro Seminário Internacional de Micro-história, estando o mesmo já na sua quarta edição. Das três edições já realizadas, todas contaram com a participação de Giovanni Levi. Além disso, como produto dos eventos, foi lançado um e-book (Vendrame et. al., 2015) e um livro (Vendrame, Karsburg e Moreira, 2016) com artigos de pesquisadores que participaram de cada seminário e outros convidados para compor as obras. Em todos os materiais, conseguimos publicar textos de Levi. Assim, partirei das ideias do referido autor presentes em dois dos artigos publicados: o primeiro, intitulado “Micro-história e história da imigração” (Vendrame, 2018b), e o segundo, “30 anos depois: repensando a micro-história” (Levi, 2016).¹⁵ Também destacarei as

¹⁴ A utilização dos conceitos de cadeias e redes migratórias nos estudos voltados para a imigração europeia na Argentina foram discutidas nos capítulos que constituem a coletânea intitulada *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna* (Bjerg e Otero, 1995).

¹⁵ Tanto o mencionado artigo quanto o intitulado “História total versus global history: a historiografia antes e depois da queda do Muro de Berlim”, ambos de autoria de Giovanni Levi, fazem parte do livro *Ensaio de micro-história, trajetória e imigração* (Vendrame, Karsburg e Moreira, 2016). Nos dois artigos, Levi ressalta que a redução de escala é um dos pontos que caracteriza a *microstoria*, devendo extrair dos problemas sociais analisados perguntas gerais de pesquisa. Entende que a história é uma “ciência das perguntas gerais e das respostas locais por meio de uma observação intensa de um problema, um lugar, um acontecimento, uma instituição”, devendo ela estabelecer diálogo com antropologia, economia, psicologia. Por tudo isso, defende as aproximações entre o projeto da *microstoria* e o da *global history*, em que a preocupação com os problemas de pesquisas deve permitir

perspectivas metodológicas e contribuições presentes no livro *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)* (Vendrame, 2016a).

Pensando na questão dos deslocamentos, tomando as sugestões do referido autor, entende-se ser imprescindível o estudo dos locais de partida dos camponeses europeus no período da “grande emigração” (1875-1914). Mais do que isso, surge também como importante a necessidade de estudar o mundo relacional dos dois lugares – o de origem e o de chegada –, buscando perceber em que momento do ciclo de vida das famílias ocorria a emigração, quem, como e em quais condições os sujeitos se utilizavam da estratégia da mobilidade para garantir a reprodução e sobrevivência do grupo. A escolha por seguir a trajetória de um indivíduo ou grupo surge, portanto, como opção que permite “olhar por dentro” os movimentos migratórios, buscando perceber as características específicas das famílias no momento em que tomam a decisão de emigrar, enquanto um projeto familiar, parental e comunitário. Também possibilita acompanhar as articulações, estratégias e dinâmicas sociais que orientavam os deslocamentos desde a aldeia de origem até os lugares de instalação. Mais do que apontar para lógicas e práticas sociais presentes no campo, a análise das diferentes trajetórias e escolhas específicas não deve ter como objetivo apenas a busca pela identificação de comportamentos frequentes ou representativos. Destaca-se que o importante é conseguir propor, por meio das diferentes experiências e percepções, questionamentos para repensar contextos mais amplos, como aquele do impacto das mudanças estruturais econômicas, agrárias, sociais, demográficas e políticas vividas na Itália das últimas décadas do oitocentos. Mesmo sendo simples camponeses, acompanhar a vida de “sujeitos anônimos” que irão tomar o caminho da emigração pode ser uma boa escolha para perceber a totalidade das dinâmicas e tensões que atravessam um determinado contexto histórico.¹⁶ Tomar a pluralidade das experiências como caminho para analisar os limites dos possíveis, percebendo o papel ativo dos sujeitos nas projetos, escolhas bem-sucedidas e nos fracassos é algo necessário para pensar a complexidade dos fenômenos e contextos migratórios.¹⁷

Como destacado anteriormente, o método da microanálise social permitiu perceber a agência dos camponeses que, por meio das redes relacionais, buscaram garantir o sucesso das próprias escolhas. Também estabeleceram estratégias migratórias precisas que garantissem

estabelecer comparações que não se restrinjam ao local. Levi, Giovanni. História total *versus* global history: a historiografia antes e depois da queda do Muro de Berlin (Vendrame, 2016:82).

¹⁶ Ver Vendrame (2017b).

¹⁷ Vendrame (2016).

autonomia, complementação de projetos familiares, liberdade e a reprodução de modos de viver no além-mar. Independentemente de partirem sozinhos, acompanhados da família ou na companhia de um agregado de conhecidos, a existência de redes interpessoais, constituídas por “laços de sangue” e simbólicos, propiciou a formação de uma ponte entre o local de partida e o de destino, garantindo, desse modo, a constituição de novas comunidades no além-mar que guardavam características daquelas de origem. Os vínculos existentes entre as famílias e indivíduos, solidificados em alianças parentais e de sociabilidades, foram fundamentais na tomada de decisão sobre a partida e lugares de transferência. As proximidades físicas ou simbólicas foram acionadas como recursos relacionais válidos para garantir vantagens diversas, reconhecer as obrigações e compromissos para com aqueles que faziam parte do grupo de interação. Nesse sentido, a circulação de informações que chegavam do além-mar por intermédio de cartas emitidas por pessoas conhecidas que já haviam partido não se difundiam de maneira uniforme entre as pessoas de uma determinada aldeia. A difusão das notícias e auxílios era, portanto, regulada pelas proximidades relacionais, valores, normas e uma agenda de compromissos morais que era esperado entre aquelas pessoas que se conheciam.¹⁸

Retornando à questão do estudo das diferentes motivações que provocaram os deslocamentos transatlânticos na aldeia de origem, ele é apontado como fundamental para compreender as dinâmicas e racionalidades internas de fenômenos amplos como o das migrações. Especialmente porque faz pensar numa questão muito importante dentro do universo familiar camponês, que é o problema do equilíbrio.¹⁹ Geralmente, aborda-se aquilo que “ocorreu sem pensar naquilo que não ocorreu”, analisando-se as escolhas e o contexto dos imigrantes nas terras brasileiras e a organização das novas comunidades sem buscar entender o que aconteceu com aqueles que não partiram, ou seja, os que permaneceram na pátria de origem. É preciso também pensar que a partida de alguns somente é possível porque há todo um investimento material da família. Nesse sentido, a ideia da imigração como um projeto familiar, precisa também levar em conta aqueles que não emigraram, em quais condições permanecem e quais os impactos afetivos, relacionais e materiais. É importante também pensar que o desejo de retorno era algo que acompanhava aqueles que tomavam o caminho da América do Sul para se fixar em diferentes realidades. Logo, isso poderia ocorrer frente o fracasso de algumas iniciativas, insatisfações, mudanças de planos ou até mesmo frente à obtenção de um pecúlio necessário para conseguir melhorar a vida no lugar de origem. A ruptura de projetos familiares

¹⁸ Sobre a utilização das cartas que circularam entre os dois lados do Atlântico no período da grande “emigração italiana” para o Brasil, ver: Franzina (1994); Vendrame (2017a; 2018a).

¹⁹ Levi (2015).

ou individuais pensados antes das transferências, bem como o surgimento de conflitos ou desejo de romper os laços com aqueles que tinham permanecido na terra de origem é algo que marca a história das migrações europeias para a América.²⁰

Reconstruir o mundo relacional das duas pontas, comunidade de origem e de destino, procurando unir as partes de um mesmo processo e buscando entender as conexões existentes, explicará muito mais sobre a emigração, as motivações, as expectativas e os atores desse fenômeno. Tanto os deslocamentos de curta distância como os de longa distância – aqui, no caso, os transatlânticos – não podem ser entendidos sem levar em conta a questão da estrutura familiar, algo já mencionado. Através do estudo das características internas dos grupos familiares, é possível entender as escolhas e estratégias de mobilidade espacial, pois são campos que estão intimamente relacionados.

A imigração acontecia quando da presença de um equilíbrio entre a demanda de consumo e a quantidade de trabalhadores, já que a família poderia investir na viagem de alguém sem prejudicar a organização e sobrevivência do grupo. Essa questão permite entender as escolhas no arranjo dos deslocamentos em etapas, até a união de todo um agregado familiar em terras distantes. De acordo com Giovanni Levi,²¹ as famílias camponesas apoiavam as migrações individuais quando a relação entre consumo e trabalho era favorável, pois, nesse momento, podiam suportar o aumento de consumidores sem chegar a um ponto crítico, ou seja, sem que representassem graves desequilíbrios entre força de trabalho, demandas alimentares e outras despesas ligadas à reprodução do grupo.

Com a utilização da metodologia da micro-história nos estudos migratórios, começou-se a dar importância ao mundo de partida dos emigrantes e à estrutura familiar das unidades camponesas de produção. Reforçando o que já foi destacado, a redução da escala de observação passou a evidenciar racionalidades e estratégias familiares, propiciando, assim, lançar questionamentos sobre as motivações, diferenças internas e complexidades de fenômenos amplos como o das migrações. Entende-se que análises localizadas de um lugar, somadas àquelas que acompanham o percurso de um indivíduo ou grupo de um lado para o outro do Atlântico, buscando entender por uma perspectiva conectada esses lugares de origem e os de

²⁰ A pesquisa em fontes criminais, como os processos-crime de bigamia, tem apontado para a ruptura dos compromissos morais e conflitos com quem havia ficado na terra de origem. Mais do que se pensa, mesmo separados por um oceano, a busca por informações e o surgimento de tensões entre aqueles que se encontravam afastados foi algo que também se fez presente em diferentes contextos migratórios. Sobre esse assunto, ver Bjerg (2019).

²¹ Levi, Giovanni, *Op. Cit.*, 2015:250-251.

partida, são muito válidas para trazer novas problemáticas para pensar os mais diferentes contextos migratórios e de inserção social constituídos pelos imigrantes.

Nesse sentido, a utilização de uma análise micro e localizada não significa dizer que é o “pequeno” que importam na pesquisa. Pelo contrário, é apenas uma opção metodológica que leva em conta a utilização do microscópio para fazer uma leitura aproximada e atenta das situações e experiências. A escala micro é o laboratório de onde surgem os questionamentos sobre distintos aspectos que não seria possível realizar se por meio de outro ângulo de observação. Definindo a micro-história como uma metodologia, antes de um assunto, Giovanni Levi (2016:23) afirma que ela necessariamente não está ligada à construção de um tipo de história, que é a “dos excluídos, dos pequenos, dos que estão nas margens ou além delas”. Antes disso, o método se propõe a reconstruir momentos, analisar experiências individuais e situações com olhar crítico, procurando apreender a complexidade dos contextos nos quais os indivíduos agem. Longe de “celebrar a singularidade”, a grande questão é a relação entre o particular, o subjetivo e o geral, especialmente o que pode ser alcançado por meio da conexão entre essas esferas. Um dos grandes objetivos ao se utilizar a micro-história é o de reconstruir a complexidade nas análises históricas. No caso dos estudos migratórios, isto seria o de pensar as diferentes motivações que impulsionaram os camponeses a abandonar a pátria de origem para se fixar na América e recuperar o peso e a cor das escolhas individuais e familiares dentro de um universo de possibilidades variadas.

Da mesma forma que as situações estudadas não devem ser vistas de forma isolada, não são as diferentes respostas que devem ser generalizadas, mas, sim, as perguntas que cada circunstância sugere. Para Giovanni Levi,²² o local não é o ponto de chegada, mas o de partida, reforçando que o “nosso papel é o de colocar em evidência as diferenças” e o de comparar situações para encontrar as oposições, dissemelhanças e a heterogeneidade, não eliminando ou escondendo a realidade divergente, conflitante e complexa. Logo, “a micro-história parte considerando as incongruências do real e a parcialidade do conhecimento”, procurando, por meio do método, ampliar o conhecimento sobre os contextos, bem como alertar para as simplificações e parcialidades dos documentos (Levi, 2016:29). Por tudo o que foi exposto, acredito que a metodologia aqui descrita tem muito a oferecer para o avanço dos estudos ligados ao tema da imigração transatlântica e da pluralidade das dinâmicas migratórias.

Outro ponto importante, para além da questão da complexidade, é o “problema do equilíbrio”, conforme foi ressaltado. Nesse sentido, é necessário analisar a questão do equilíbrio

²² Levi, Giovanni (2015:250-251).

na história da imigração, olhando para o deslocamento como uma estratégia familiar para garantir a reprodução do grupo. Entender em que momento do ciclo de vida familiar ocorrem as migrações, quem parte e quem fica, o que torna possível a partida e como se mantêm os contatos entre os que migram e os que não migram se torna importante para pensar a problemática do equilíbrio. Tomar o caminho da imigração era uma maneira de não apenas melhorar as oportunidades individuais, mas garantir auxílio e vantagens para quem não se deslocava.

As condições e os modos como partiram os indivíduos – se sozinhos, na companhia dos familiares ou conhecidos – está intensamente ligada à estrutura familiar, à relação entre consumo e trabalho e à articulação da uma rede relacional ativa antes, durante e depois dos deslocamentos. Portanto, a questão do equilíbrio deve ser pensada como fator importante ao analisar as escolhas concernentes à imigração transoceânica, utilizada também para lançar questionamentos a fim de alargar nosso olhar para aquilo que nem sempre aparece com evidência na documentação. As fontes documentais indicam para “situações de decisão e ação”,²³ ocupando apenas uma pequena parte do cotidiano, já que não demonstram os momentos de indecisões, incertezas, esperanças e outros sentimentos que atravessam uma vida ou a experiência de um grupo de indivíduos. Por conta disso, é preciso que o historiador lance questionamentos sobre os silêncios e aspectos que não aparecem com tanta visibilidade nos documentos, buscando, assim, os significados mais profundos e entendimentos sobre as escolhas e comportamentos.

Nesse sentido, conforme destaca Giovanni Levi,²⁴ “os documentos são por definição mentirosos” e “socialmente determinados”, pois “os ricos produzem mais documentos que os pobres, os homens mais que as mulheres, os brancos mais que os indígenas”. Pelo fato de os documentos apresentarem fragmentos distorcidos do passado, dados parciais e mentirosos, uma das tarefas do historiador seria a de buscar garantir certo equilíbrio nas análises históricas, procurando trazer aqueles sujeitos e situações que não surgem com tanta frequência ou que aparecem como marginais nas fontes. Para além de apenas estudar os que deixaram mais documentos, nosso papel enquanto historiadores é o de criar equilíbrio, colocando todos como participantes [dentro] da história; por conta disso, devemos ser inimigos dos documentos, apesar de serem esses necessários para a realização do nosso trabalho.

²³ Levi (2015:249).

²⁴ Levi (2015:249).

Levando em conta toda essa discussão e pensando particularmente a história da imigração europeia para o Brasil, é importante que além de olhar para as mulheres, que chegavam em condições diferentes, com uma profissão, sozinhas ou acompanhadas da família, faz-se necessário também olhar aquelas experiências não bem-sucedidas, que acabaram sendo invisibilizadas por não conseguirem se adaptar à nova vida, por terem fracassado em suas escolhas ou adquirido alguma doença durante o percurso migratório. Nos locais de chegada, os imigrantes doentes acabavam se tornando um peso para as famílias, tornando-se, portanto, também invisíveis, bem como os classificados como loucos e loucas que eram excluídos definitivamente ou temporariamente da vivência familiar e comunitária. Tanto para pensar os diferentes tipos de mobilidades femininas, os fracassos, as tensões e as rupturas de projetos familiares, os processos-crime aparecem como fontes que possibilitam analisar tais problemáticas, como também outros temas pouco ou nada trabalhados em relação aos imigrantes e contextos migratórios. O uso das fontes criminais somadas a outras tipologias de documentos, como material que permite pesar experiências específicas diversas – como as redes relacionais quando da ocorrência de impasses e controle social – ainda pode ser desenvolvido em novas pesquisas.²⁵

Um dos objetivos do presente artigo foi o de mostrar de que maneira a perspectiva micro, que se opunha às visões estruturalistas, ajudou a repensar o desenvolvimento dos estudos ligados aos movimentos migratórios italianos. A análise de experiências particulares – individuais e coletivas –, a utilização dos conceitos de cadeia e redes para o entendimento dos deslocamentos para a América ofereceram novos entendimentos que colocaram em outros parâmetros os modelos explicativos que entendiam as migrações como consequências de movimentos macroestruturais. Com a utilização do método da redução da escala de observação, foi possível perceber os diferentes aspectos (familiares, sociais, demográficos, econômicos e políticos) que motivaram as escolhas pelo caminho da emigração, num contexto de avanço do capitalismo no campo, modificação das relações de trabalho, desestruturação dos modos de vida tradicionais e organização local das instituições. Isso tudo transformou os camponeses em agentes ativos, que assumiram um papel central nos deslocamentos transatlânticos.

Como apontei no presente trabalho, já há algum tempo que as sugestões teóricas e metodológicas da micro-história vêm influenciando o desenvolvimento das pesquisas no campo

²⁵ Vendrame, Karsburg e Moreira, (2016).

das migrações. Apesar disso, muito ainda poderá contribuir para a contínua renovação da história das mobilidades. Entre os assuntos que ainda merecem atenção, destaca-se a necessidade de pensar as conexões entre o mundo de saída dos camponeses e aquele de chegada. Entender os contextos familiares e locais, bem como a maneira como estavam sentindo e reagindo às mudanças estruturais mais amplas, é algo fundamental para compreender os mais diferentes aspectos ligados à vida, às estratégias e à organização das comunidades imigrantes no Brasil (Vendrame, 2016a). Considera-se importante a inclusão desses dois pontos nas análises das racionalidades, comportamentos e dinâmicas sociais das famílias camponesas. Especialmente, porque permitem ampliar o conhecimento sobre as motivações, perspectivas, anseios e trajetórias dos sujeitos que participaram de alguma forma dos deslocamentos, seja partindo para a América ou ficando na aldeia de origem para que outros pudessem partir. Os que ficaram, pouco ou nada aparecem na história da e/imigração.

Ao cruzarmos as opiniões singulares, discordantes ou não, e as escolhas diferentes sobre um mesmo processo, é possível apreender de forma complexa fenômenos e contextos. Seguir trajetórias individuais ou de grupos, desde a aldeia de origem até o lugar de fixação, através de uma perspectiva micro e conectada é uma maneira que permite problematizar as diferenças internas do grupo imigrante, suas ideologias conflitantes, tensões, aproximações e alianças. É necessário entender a totalidade dos contextos que afetaram os camponeses antes de partirem para a América para entender as escolhas e posicionamentos que irão ter nas comunidades fundadas, por exemplo, no sul do Brasil. Nesses espaços, o discurso da pobreza e da força dos imigrantes, bem como da coesão e harmonia vivida nos núcleos coloniais, escondem uma realidade intrincada de interesses e expectativas, bem como de tensões, divisões e constante conflitos.²⁶ São esses cenários perpassados por opiniões discordantes, por oposições e comportamentos conflitantes, mas também marcados por apoios, uniões e solidariedades, que se busca apreender quando o assunto é estudar a imigração e as comunidades fundadas pelos camponeses italianos no Brasil meridional.

Referências

BAILY, Samuel. Cadenas migratórias de italianos a la Argentina: algunos comentarios. *Studios Migratórios*, v. 3, n. 8, p. 125-135, 1988.

²⁶ Partindo de experiências específicas de imigrantes italianos como fio condutor na pesquisa, no livro *O poder na aldeia*, buscou-se reconstruir a realidade complexa, permeada por comportamentos e ideias diferentes vividas nos núcleos de colonização italiana do Rio Grande do Sul. Para saber mais sobre esse estudo, ver Vendrame (2016).

- BJERG, María. *Lazos rotos: la inmigración, el matrimonio y las emociones en la Argentina entre los siglos XIX y XX*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2019.
- _____; OTERO, Hernán (Comp.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.
- CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os italianos no noroeste fluminense: estratégias familiares e mobilidade social 1897-1950*. 2009. 285 f. Tese (doutorado em história) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- CIAFARDO, Eduardo. Cadenas migratorias e inmigración italiana. Reflexiones a partir de correspondencia dos inmigrantes italianos en Argentina, 1921-1938. *Studi Emigrazione*, v. XXVIII, n. 102, p. 233-255, 1991.
- CORTI, Paola. Identità e comunità d'origine nelle vecchie e nelle nuove generazioni di emigranti: due paesi, due storie familiari. In: ROSOLI, G. et al. *Identità e integrazione: famiglie e paesi, percorsi e immagini di sè nell' emigrazione Biellese*. Milão: Electa, 1990.
- CROCI, Federico. As cartas de chamada: vestígios das redes sociais e familiares transnacionais. In: CARNEIRO, Maria Luiz Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (Ed.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Edusp, 2010. p. 299-321.
- DA ORDEN, María. Liderazgo étnico, relaciones personales y participación política: los españoles de Mar del Plata, 1883-1930. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Comp.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA- IEHS, 1995. p. 133-168.
- DEVOTO, Fernando. Las cadenas migratórias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. *Studi Emigrazione*, v. XXIV, n. 87, p. 355-373, 1988.
- _____. *Le migrazioni italiane in Argentina: un saggio interpretativo*. Nápoles: L'Officina Tipografica, 1994.
- FRANZINA, Emilio. *Merica! Merica!* Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina 1876-1902. Verona: Cierre, 1994.
- GANDOLFO, Romolo. Notas sobre la élite de una comunidad emigrada en cadena: el caso de los agnoneses. In: DEVOTO, Fernando; ROSOLI, G. F. (Ed.). *L' Italia nella società argentina: contributi sull'emigrazione italiana in Argentina*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1988. p. 160-177.
- GIBELLI, Antonio. Fatemi un po sapere...: scrittura e fotografia nella corrispondenza degli emigranti liguri. In: ____ (Ed.). *La via delle Americhe: l' emigrazione ligure tra evento e racconto – catalogo della mostra*. Gênova: Sagep Editrice, 1989. p. 9-36.

- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____.; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. António Narino. Lisboa: Difel, 1989. p. 174-175.
- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Mitos, emblemas e sinais*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GRENDI, Edoardo. Microanalisi e storia sociale. *Quaderni Storici*, v. 12, p. 506-520, 1977.
- _____. O sistema político di una comunità ligure: cervo fra Cinquecento e Seicento. *Quaderni Storici*, n. 46, p. 92-129, abr. 1981.
- _____. *Il Cervo e la repubblica: il modello ligure di antico regime*. Turim: Giulio Einaudi, 1993.
- _____. *Storia di una storia locale: l' esperienza ligure 1792-1992*. Veneza: Marsilio, 1996.
- LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto: tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Turim: Rosenberg & Seller, 1985.
- _____. Immigrazione e doppio lavoro lungo il corso della vita: alcune osservazioni sul Piemonte dell'Ottocento. In: *Annali Istituto Alcide Cervi*, n. 11, p. 88-101, 1989.
- _____. Economia contadina e mercato della terra nel Piemonte di Antigo Regimee. In: BEVILACQUA, Piero (Ed.). *Storia dell'agricoltura italiana in età contemporanea*. Veneza: Marsilio, 1990. v. II, p. 535-553.
- _____. Família e parentela: qualche tema di riflessione. In: BARBAGLI, Marzio; KERTZER, David (Ed.). *Storia della famiglia italiana 1750-1950*. Bolonha: Il Mulino, 1992. p. 307-321
- _____. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Pienonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Reflexões sobre família e parentesco. In: VENDRAME, Maíra et al. (Org.). *Micro-história, trajetória e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 12-31.
- _____. 30 anos depois: repensando a micro-história. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Org.). *Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 18-31.
- _____. Movilidad de la población e inmigración en Turín em la primera mitad del siglo XVIII. In: _____. *Microstorias*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2019a. p. 1-40.

- _____. Estruturas familiares y relaciones sociales em uma comunidade piamontesa entre 1700 y 1800. In: _____. *Microstorias*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Ediciones Uniandes, 2019b. p. 125-174.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARQUIEGUI, Dedier N. ¿Existió la microhistoria? *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 20, n. 3, p. 249-259, set./dez. 2016.
- MACDONALD, J. S.; MACDONALD, L. D. Chain migration, ethnic neighborhood and social networks. *The Milbank Memorial Fun Quaterly*, v. XLII, n. 1, p. 82-96, 1964.
- PEREIRA, Syrléa Marques. *Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres*. Tese (doutorado em história) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- RAMELLA, Franco. Mobilidad geográfica y movilidad social. Notas sobre la emigración rural de la Itália del Noroeste (1880-1914). *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, v. 6, n. 17, p. 107-118, 1991.
- _____. Por um uso flerte del concepto de red em los estúdios migratórios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Comp.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995. p. 9-22.
- _____. Reti sociali, famiglia e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli, 2001. p. 143-160.
- _____. Gli studi sull' emigrazione tra vecchi paradigmi e nuove prospettive. In: SAIJA, M. (Ed.). *L' emigrazione italiana transoceânica tra Otto e Novecento e la storia delle comunità derivate*. Messina: TRISFORM, 2003. p. 31-32. (Atti del Covegno Internazionale di Studi. Salina 1-6, guigno 1999. v. I-II.)
- SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia C. B. Molliamo tutto e ce ne andaimo a vivere in Brasile: trajetórias de imigrantes italianos em São Paulo. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.
- STURINO, Franc. Emigracion italiana: reconsideracion de los eslabones de la cadena migratória. In: *Estudos Migratórios Latinoamericanos*, v. 3, n. 8, p. 5-25. 1988.
- VENDRAME, Maíra Ines et. al. (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

- _____. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil/Itália)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- _____. Com tinta do meu sangue: redes e mobilidades através das cartas de um imigrante italiano. In: BENEDUZZI, Fernando; DADALTRO, Maria Cristina. *Mobilidade humana e circularidade de ideia: diálogos entre América Latina e Europa*. Veneza: Edizioni Ca'Foscari – Digital Publishig, 2017a. p. 67-78.
- _____. Em busca da “República de Deus”: revoltas camponesas e agentes da emigração no norte italiano (século XIX). *Revista Tempo*, v. 23, n.1, p. 22-42, 2017b. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042017000100022&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 26 out. 2020.
- _____. O “paraíso terrestre”: alimentação como propaganda e construção da identidade italiana no sul do Brasil. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais (RBHCS)*, v. 10, n. 20, p. 264-287, 2018a. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10794>>. Acess em: 27 out. 2020.
- _____. Pensando o problema das conexões, do equilíbrio e da complexidade a partir da perspectiva da micro-história. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 267-288, jul./set. 2018b.
- _____; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Staudt (Org.). *Ensaio de micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2016.
- _____. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 267-288, 2018. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018267>>. Acesso em: 2 nov. 2020.